

Anais do I Webinário e Mostra de Pesquisas e Relatos da Prática da Educação da Infância em tempos de pandemia do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas da Infância da PUC-SP

1ª edição

Organizadoras

Emilia Maria Bezerra Cipriano Castro Sanches

Andreia Menarbini

Cristina Ramos da Silva

Enita Alves Ferreira Rodrigues

Marisa Pinheiro de Oliveira Fernandes



Ficha catalográfica

Webinário e Mostra de Pesquisas e Relatos da Prática da Educação da Infância (São Paulo: 2021, I)

Anais do I Webinário e Mostra de Pesquisas e Relatos da Prática da Educação da Infância em tempos de pandemia do Grupo de Pesquisas Políticas Públicas da Infância da PUC-SP / org. Emilia Maria Bezerra Cipriano Castro Sanches ... [et.al.]. - 1.ed. - São Paulo: PUCSP, 2022. 1 recurso online: PDF (94 p.)

Bibliografia. ISBN 978-85-60453-64-1

1.Educação de crianças. 2. Professores - Formação profissional. 3. Prática de ensino. 4. COVID 19 (Doença) - Influência. I. Sanches, Emilia Maria Bezerra Cipriano Castro. II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. III. Título.

CDD 370.6 372.21

Bibliotecária: Jailda Marina do Nascimento - CRB 8ª/9146

FICHA TÉCNICA

EVENTO

I Webinário e Mostra de Pesquisas e Relatos da Prática da Educação da Infância em tempos de pandemia do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas da Infância da PUC-SP

DATA

22 e 23 de outubro de 2021

LOCAL

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, Brasil – TV PUC

REALIZAÇÃO

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP

Faculdade de Educação

Programa de Pós-Graduação em Educação: Formação de Formadores

APOIO

Pró-Reitoria de Graduação Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP

COORDENAÇÃO

Profa. Dra. Emilia Maria Bezerra Cipriano Castro Sanches, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil)



COMISSÃO ORGANIZADORA

Profa. Dra. Andreia Menarbini

Profa. Ma. Cristina Ramos da Silva

Profa. Dra. Emilia Maria Bezerra Cipriano Castro Sanches

Profa. Ma. Enita Alves Ferreira Rodrigues

Profa. Ma. Marisa Pinheiro de Oliveira Fernandes

COMITÊ CIENTÍFICO

Profa. Ma. Alessandra Olivieri Santos

Profa. Dra. Andreia Menarbini

Profa. Ma. Bernardete de Lourdes Alvares Marcelino

Profa. Ma. Cristina Ramos da Silva

Profa. Ma. Cristina Rosa David Pereira da Silva

Profa. Dra. Dilma Antunes Silva

Profa. Fabiane de Oliveira Paes Bezerra

Profa. Ma. Gabriela Novaes

Profa. Ma. Marisa Pinheiro de Oliveira Fernandes

Profa. Ma. Monica Valadão

Profa. Ma. Regina Garcia Toledo de Souza

Profa. Ma. Shirlei Nadaluti Monteiro



APOIO: PUC-SP



Programa de Pós-Graduação em Educação: Formação de Formadores

APRESENTAÇÃO

O Grupo de Pesquisa Políticas Públicas da Infância da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, considerando a realidade e as problemáticas enfrentadas nessa área, reafirmou o seu compromisso em defesa das crianças e abriu um espaço para a discussão sobre as possibilidades da Educação da Infância brasileira durante o período pandêmico iniciado em 2020. Discutiram-se temas referentes às políticas públicas, à formação docente, à gestão, às práticas pedagógicas, às epistemologias, às culturas infantis, ao trabalho com as famílias, aos territórios, ao currículo, à avaliação, à vulnerabilidade social e aos órfãos da pandemia. Dessa forma, o grupo convidou professores, gestores, estudantes e pesquisadores para integrarem o I Webinário e Mostra de Pesquisas e Práticas da Educação da Infância, com o tema "A Educação da Infância em tempos de pandemia", que se realizou no dia 22/10/2021, das 19h30min às 21h30 min e no dia 23/10/2021, das 8h30min às 12h. O evento foi transmitido pela TV PUC-SP.

A abertura do evento contou com a presença de autoridades da PUC-SP e da Profa. Dra. Emilia Cipriano. Iniciou-se com uma homenagem à Profa. Dra. Marli André realizada pela Profa. Laurizete Ferragut Passos que emocionou a todos. Na sequência, ocorreu a Conferência de Abertura e discussão virtual com o Prof. Dr. Vital Didonet que teve por tema "Valores político-educacionais que emergiram durante a pandemia e suas implicações num retorno que respeita as crianças". Após as discussões, a Profa. Dra. Emilia Cipriano discorreu sobre os trabalhos que seriam realizados no dia seguinte e encerrou o evento. Na manhã seguinte, a Profa. Dra. Emilia Cipriano realizou a abertura e passou a palavra para a Profa. Dra. Maria Selma de Moraes Rocha, que ministrou a palestra "Homenagem ao centenário de Paulo Freire", na qual compartilhou parte da obra do autor e momentos vividos por ela junto ao grande e eterno mestre. Na sequência, foram realizadas atividades em grupos de trabalho com os eixos propostos, formados pelos participantes que, mediante inscrição realizada previamente, foram distribuídos em salas virtuais.



Os Anais aqui publicados resultam de uma seleção dos trabalhos apresentados no I Webinário e Mostra de Pesquisas e Práticas da Educação da Infância com o tema: "A educação da Infância em tempos de Pandemia", promovido pelo Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas da Infância da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. O Webinário teve por objetivo dar voz e vez aos professores e pesquisadores por meio da discussão sobre as possibilidades da Educação da Infância brasileira durante o período pandêmico, reafirmando o compromisso do grupo em defesa das crianças.

Perpassando os campos das Políticas Públicas, da formação docente, das práticas pedagógicas e da gestão escolar, os trabalhos aqui apresentados, de autoria de professores, gestores, estudantes e pesquisadores da educação expõem, de forma vigorosa, relatos de experiências e de pesquisas desenvolvidas no contexto da crise pandêmica da Covid-19, a qual atingiu o Brasil e demais países do mundo no ano de 2020 e que perdura até os dias atuais.

Espera-se que esta publicação possa contribuir para a ampliação e aprofundamento dos conhecimentos acerca da Educação da Infância e, por tratarse de narrativas produzidas em um contexto peculiar da nossa história, contribua, também, com as pesquisas que serão produzidas por gerações futuras.

pandemia

SUMÁRIO

Grupos de Trabalho - Comunicação Oral

Eixo temático 1:

Políticas Públicas na Educação da Infância no contexto de pandemia

1- Recursos financeiros e outros recursos na escola durante a pandemia da Covid-19

Gustavo Ungaro – UNINOVE Camila Soares da Silva – UNINOVE Crislane Santos Silva – UNINOVE Fábio Garcia Kiss – UNINOVE

2- Processos de transição: o que está por trás da mudança da educação infantil para o ensino fundamental

Gabriela Amorim Ribeiro - UNINOVE

3- A educação da afroperspectiva dos povos bantu no ensino de história: lei federal 10.639/03 no chão da escola "relatos de experimentações".

Wudson Guilherme de Oliveira, UFRRJ

4- A Fotografia documental para a visibilização das infâncias

Gilvana Menslin Oliveira Maia

Eixo temático 2:

Formação dos docentes da Educação da Infância no contexto de pandemia

1- Formação para as relações étnico-raciais dos professores da educação infantil: revisão da literatura de uma pesquisa de iniciação científica durante o período pandêmico

Aline Cristina de Jesus Pinto-Uninove Aline Belle Legramandi- Uninove Andreia Menarbini- CUFSA

2- Formação docente da infância com estudantes de pedagogia do Centro Universitário Fundação Santo André em tempos de pandemia

Profa. Dra. Andreia Menarbini- CUFSA

Profa. Dra. Marli Vizim – CUFSA

3- Formação e acompanhamento dos professores da educação infantil em tempos de pandemia uma ação necessária de acolhimento e escuta
Fernanda Cristina Mota Vellado Passos - Prefeitura Municipal de Diadema
Leila Cilene - Prefeitura Municipal de Diadema

Eixo temático 3:

Práticas Pedagógicas na Educação da Infância no contexto de pandemia

1 - Memórias de leitura: ressignificando o processo de ensino-aprendizagem durante a pandemia

Lorena Oliveira de Souza – USP

2- O papel dos contos de fada na literatura infantil em tempos de pandemia Cilene Fátima da Silva Alves - EMEI Marisa Lopes Pinheiro

Eixo temático 4:

Gestão escolar no contexto de pandemia

1- A contribuição da gestão escolar para a boniteza da escola no contexto de pandemia

Priscila Damasceno Arce (PMSP/FEUSP)

2- A gestão e a comunicação com as famílias em tempos de pandemia

Adriana da Costa Santos

Carla Matie de Jesus Egi

Luciane Nunes Paronetti

Marta Silva Nascimento Teixeira

3- Reorganização do ethos familiar em tempos de pandemia

Andrea de Sousa Araujo – Uninove

Rosiley Aparecida Teixeira – Uninove

Grupos de Trabalho – Comunicação Oral Eixo temático 1: Políticas Públicas na Educação da Infância no contexto de pandemia



RECURSOS FINANCEIROS E OUTROS RECURSOS NA ESCOLA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

Gustavo Ungaro - UNINOVE e-mail: gustavoungaro@uni9.pro.br

Camila Soares da Silva - UNINOVE e-mail:camila.soares.silva@uni9.edu.br

Crislane Santos Silva - UNINOVE e-mail: criss.silva18@uni9.edu.br

Fábio Garcia Kiss - UNINOVE e-mail: fabio.kiss@uni9.edu.br

Palavras-chave: financiamento da educação; verba emergencial; pandemia COVID-19.

INTRODUÇÃO

A educação é fundamental ao desenvolvimento humano e social e cuidar de seu financiamento é tarefa relevante, ainda mais sob o impacto de situação tão adversa e desafiadora como tem sido a pandemia da Covid-19 que desde o primeiro semestre de 2020 vem causando grandes problemas e preocupações.

Conforme a Constituição Federal (1988), Estados, Municípios e Distrito Federal são responsáveis pelos investimentos nas escolas mediante repasses financeiros de forma descentralizada e de programas com diferentes composições, buscando atender às necessidades das escolas, que adequam esses recursos compatibilizando-os com a destinação previamente estabelecida, inclusive no enfrentamento relacionado à pandemia.

Devido à propagação do coronavírus, no ano de 2020 o ensino presencial foi suspenso, no Estado de São Paulo, iniciando-se um replanejamento para garantir a continuidade do ensino de forma remota.

Foi nesse contexto que ocorreu a presente pesquisa sobre os recursos financeiros recebidos por três escolas públicas¹, sendo Araucária da rede estadual e Ipê-Roxo da rede

¹ Para garantir a origem e sigilo da fonte, as escolas receberam nome fictício



municipal, ambas da capital paulistana e, Jequitibá da rede municipal de Santo André, que atendem Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e Educação de Jovens e Adultos.

A pesquisa busca responder às seguintes perguntas: os recursos financeiros foram suficientes para realizar as adequações necessárias para o atendimento aos protocolos sanitários em virtude da pandemia de Covid-19? As adequações realizadas contemplaram, na íntegra, os protocolos sanitários? Esse recurso também foi utilizado para garantir e auxiliar a organização do ensino remoto?

A hipótese foi a de que, por não haver atendimento presencial no ano de 2020, os recursos foram utilizados para implementar medidas visando garantir a continuidade do ensino de maneira remota, além de realizar adequações estruturais, em atendimento aos protocolos sanitários para retomada do atendimento presencial.

O período de coleta de dados compreendeu o segundo semestre de 2020 e o primeiro de 2021.

OBJETIVOS

O objetivo geral é demonstrar de que maneira as verbas foram empregadas nas escolas durante a pandemia de Covid-19, e os objetivos específicos são identificar os valores recebidos e compreender a destinação desses recursos, demonstrando de que maneira cada escola os utilizou.

MÉTODO

A metodologia, de cunho qualitativo, teve como instrumento de coleta análise documental e entrevistas semiestruturadas com gestores escolares, seguindo o roteiro de Libâneo (2013), tendo como finalidade diagnosticar as instituições escolares, conforme disposto em seu livro Organização e Gestão da Escola - Teoria e Prática (2013), tendo como início a caracterização das escolas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Para fundamentar a pesquisa, utilizamos Vieira e Vidal (2015) como referencial teórico para a categoria financiamento da educação; para fundamentar conceitos de gestão democrática, gestão escolar e gestão educacional, assim como política e políticas, também recorremos a



Vieira; recorremos às ideias de Ball (2016) para fundamentar a compreensão a respeito de contexto.

RECURSOS NA ESCOLA DURANTE A PANDEMIA

Durante o período pandêmico, houve um excepcional repasse do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) Emergencial, que foi utilizado para aquisição de insumos em atendimento ao protocolo sanitário das redes analisadas.

Visando ao combate da pandemia e de forma descentralizada, Araucária e Ipê-Roxo receberam de suas respectivas secretarias de educação recursos complementares, também destinados para realizar adequações voltadas ao acolhimento dos educandos quando do retorno presencial. Para esta finalidade, a escola Jequitibá recebeu apenas o repasse federal, sem contar com recursos adicionais (estadual ou municipal).

O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DA PANDEMIA

A política de financiamento da educação é tema de grande relevância no que se refere às políticas públicas. Ao observar os recursos disponibilizados às escolas, é possível constatar as políticas vigentes. Pode-se afirmar que "O financiamento revela-se um instrumento fecundo para a compreensão das concepções de Estado, de sociedade e de cidadania". (VIEIRA, VIDAL, 2015, p.19).

A presente pesquisa considerou tanto os recursos financeiros como outros meios utilizados para obtenção de algo ou ainda para superação de um problema.

Cabe destacar que analisar o contexto pandêmico é fundamental uma vez que, como afirma Ball (2016), o contexto não é apenas um pano de fundo, mas sim uma força capaz de iniciar e ativar os processos de políticas e impactou a maneira de pensar a gestão em aspecto amplo também no que tange aos recursos financeiros.

RESULTADOS OBTIDOS - ANÁLISE DOS DADOS À LUZ DOS CONCEITOS APRESENTADOS

Partindo dos conceitos utilizados e da coleta de dados realizada, foi possível verificar quanto as unidades escolares fizeram e fazem política buscando adequar seus objetivos dentro do contexto da pandemia, não sendo organizações alienadas da sociedade, mas almejando o



reconhecimento social como um potente espaço de troca de conhecimentos, aprendizado e, acima de tudo, de transformação social.

Diante desse cenário, muitas das demandas sociais se apoiaram nas instituições educacionais, percebendo-as como referência e ponto de equilíbrio social, capacitadas para

receberem do poder público as diversas políticas para o momento atual, com o objetivo de mitigar os impactos que a pandemia trouxe.

Ainda que de forma desafiadora, a gestão democrática se mostrou presente na destinação desses recursos, uma vez que no contexto pandêmico os gestores dividiram mais as suas responsabilidades e empreenderam estratégias para manter e estreitar sua relação com a comunidade escolar.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa possibilitou a identificação dos recursos financeiros recebidos pelas escolas consideradas durante a pandemia e expôs algumas das especificidades das diferentes redes de ensino analisadas.

Desta forma, ficou evidenciado que a assistência financeira às instituições educacionais é disposição constitucional, tendo sido possível constatar que o recurso recebido de forma emergencial foi utilizado para o atendimento aos protocolos sanitários, visando a retomada das aulas presenciais.

Para cumprimento dos protocolos sanitários, os recursos adicionais proporcionaram as adequações almejadas, exceto na escola Jequitibá, onde não foi possível realizar integralmente todas as adequações estruturais indicadas como necessárias para atendimento às regras sanitárias vigentes. Constatou-se, também, que esses recursos não compreenderam ações voltadas ao ensino remoto.

Assim, a hipótese foi parcialmente confirmada, pois apesar de tantas exigências, não foram adequadas as condições de implementação de algumas propostas, o que desfavorece, por exemplo, a garantia do ensino remoto para crianças ou jovens e adultos matriculados, sem acesso a dispositivos e internet adequados para acompanhamento de todas as atividades.

Foram assim, contemplados os objetivos desta pesquisa, identificando os valores recebidos e suas destinações, de modo a demonstrar a utilização dos recursos financeiros e de outros recursos materiais disponibilizados às escolas durante a pandemia, a evidenciar a relevância do financiamento educacional e da gestão democrática.



REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J. *et al.* Levando o contexto a sério. *In:* BALL, Stephen J. **Como as escolas fazem as políticas.** Ponta Grossa: Uepg, 2016. Cap. 2. p. 35-66.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 11 jun. 2021.

BRASIL. **Resolução nº 6**, de 27 de fevereiro de 2018. Brasília, DF: Ministério da Educação. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/4878654/do1-2018-03-01-resolucao-n-6-de-27-de-fevereiro-de-2018-4878650. Acesso em: 11 jun. 2021.

BRASIL. **Resolução nº 16, de 07 de outubro de 2020. Brasília, DF: Ministério da Educação.** Disponível em: https://www.fnde.gov.br/index.php/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/13848-resolução-nº-16,-de-07-de-outubro-de-2020. Acesso em: 13 jun. 2021.

FRANCO, Augusto de. **Três gerações de políticas sociais. 2003.** Disponível em: https://www.trela.com.br/arquivos/Trs-geraes-de-politicas-sociais. Acesso e 04 jul. 2021. LIBÂNEO, José C. **Organização e Gestão da Escola – Teoria e Prática.** 6ª edição – revista ampliada. São Paulo: Editora Heccus, 2013.

MARTINS, Ricardo Chaves de Rezende. Gestão de recursos materiais. In: RODRIGUES. Maristela Marques, GIÀGIO, Mônica (orgs.). **Política educacional: gestão e qualidade do ensino.** Brasília: Líber Livro, 2009, p.21-44.

PEDRO, Francesc; PUIG, Irene. Las reformas educativas: una perspectiva politica y comparada. Barcelona: Paidos, 1998.

SANTO ANDRÉ (Município). **Decreto nº 17.317, de 16 de março de 2020.** Santo André, SP: Prefeito do Município de Santo André. Disponível em: http://www4.cmsandre.sp.gov.br:9000/arquivos/?tipoArquivo=norma&arquivo=DECRETO_MUNICIPAL17317_420.pdf. Acesso em: 13 jun. 2021.

SANTO ANDRÉ (Município). **Orientação Normativa - DEIF/SE** - Ensino Remoto, de 30 de abril de 2020. Santo André, SP: Prefeito do Município de Santo André. Disponível em: http://santoandre.educaon.com.br/wp-content/uploads/2020/10/Orientação-Normativa-Complementar-Ensino-Remoto.pdf. Acesso em: 13 jun. 2021.

SÃO PAULO (Município). **Instrução Normativa Secretaria Municipal de Educação** - SME nº 15, de 08 de abril de 2020. São Paulo, SP: Prefeito do Município de São Paulo. Disponível em: http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/instrucao-normativa-secretaria-municipal-de-educacao-sme-15-de-8-de-abril-de-2020. Acesso em: 13 jun. 2021.



SÃO PAULO (Município). **Protocolo de Volta às Aulas.** Disponível em: https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/05/Protocolo_SME_versaoII.pdf. Acesso em: 13 jun. 2021.

SEVERINO, Antônio J. Metodologia do trabalho científico. 24.ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza.** Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 2004. Disponível em:

https://www.schwartzman.org.br/simon/causasp_files/causasp8.htm. Acesso em 04 jul. 2021.

VIEIRA, Sofia Lerche; VIDAL, Eloísa Maia. **Política de financiamento da educação no Brasil**: uma (re)construção histórica. Em Aberto, Brasília, v. 28, n. 93, p. 17-33, jan./jun., 2015.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Política(s) e Gestão da Educação Básica**: revisitando conceitos simples. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Brasília, v. 23, n. 1, p. 53-69, jan/abr. 2007.

VIEIRA, Sofia Lerche. Pós-graduação e formação de professores em educação básica: políticas em construção. In: CUNHA, Célio da; SOUSA, José Vieira; SILVA Maria Abádia (Org.). **Universidade e educação básica:** políticas e articulações possíveis. Brasília, DF: Liber Livro, 2012. p. 283-97.



PROCESSOS DE TRANSIÇÃO: O QUE ESTÁ POR TRÁS DA MUDANÇA DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

pandemia

Gabriela Amorim Ribeiro - UNINOVE gabrielaamorim847@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Transição entre etapas de ensino; Educação Infantil; Ensino Fundamental; Currículo da Cidade de São Paulo; Base Nacional Comum Curricular.

INTRODUÇÃO

Ao tratar de educação, é sabido que há uma voluptuosa amplitude em seus elementos e, para contemplar a criança integralmente visando a superação de dificuldades de ensino e aprendizagem, cada elemento precisa ser considerado como parte de um todo que influencia os processos educativos e de desenvolvimento. Partindo disto, esta pesquisa seleciona um dos elementos que impactam o processo de aprendizagem de crianças, tendo por objeto os "Processos de transição entre etapas de ensino". A partir deste objeto e visando correspondê-lo a políticas públicas nacionais, a pesquisa norteia-se pela questão "como se dão os processos de transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental nos documentos curriculares: Base Nacional Comum Curricular e Currículo da Cidade de São Paulo?" Este questionamento busca esclarecer quais são as orientações legais que abarcam a transição da educação infantil para o ensino fundamental, respeitando e contemplando o desenvolvimento integral da criança. Ademais, a considerar o contexto histórico-social que influencia significativamente a educação, o presente e impactante momento pandêmico é atrelado às perspectivas da transição elencada nesta pesquisa.

OBJETIVOS

Os objetivos propostos dividem-se em objetivo geral que busca analisar o que apresenta a legislação e os documentos curriculares sobre a transição da educação infantil para o ensino fundamental e objetivos específicos, tratando de identificar, na legislação, o processo de transição entre educação infantil e ensino fundamental; e conhecer a forma como se traduz nos currículos a transição entre Educação infantil e o Ensino fundamental.



MÉTODO

A metodologia utilizada para abarcar este assunto trata de uma análise documental compreensiva e descritiva, em natureza hermenêutica, com o recurso à análise qualitativa dos dados coletados, utilizando-se dos instrumentos Base Nacional Comum Curricular homologada em 2017 e Currículo da Cidade de São Paulo para a Educação Infantil (2019) e para o Ensino Fundamental – língua portuguesa (2017).

REFERENCIAL TEÓRICO

A fim de conhecer o percurso histórico e social da valorização da infância, da criança e dos eventos que culminaram na educação para estas como a temos atualmente, buscou-se informações em documentos oficiais, nacionais e internacionais que, a partir do século XX, consagraram os direitos e a legitimidade da infância e da criança como um indivíduo que difere do ser adulto, que possui suas próprias especificidades e necessidades e que, para além disso, precisa ser contemplado e respeitado na sociedade como prioridade. Esta concepção, apresentada por organizações mundiais como o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF e em documentos como a Declaração Universal dos Direitos das Crianças (ONU, 1959), a Constituição Federal (BRASIL, 1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), asseguram às crianças seus direitos e os deveres da sociedade para com elas, superando concepções equivocadas que, de acordo com Philippe Aries (1986), caracterizavam a criança como adulto em miniatura, sem direitos ou proteção. A transformação na ideia de criança e infância acompanhou as transformações sociais e movimentos reivindicatórios, assim também o foi a educação para estes sujeitos, que somente passou a ser considerada fora do aspecto assistencialista e compensatório, no Brasil, a partir dos anos de 1980. Esta educação tem sofrido muitas alterações ao longo dos anos, e foi somente a partir da Constituição Federal de 1988 que bebês e crianças adquiriram o direito ao acesso à educação e permanência nela como responsabilidade do Estado, da família e da sociedade que deve ser assegurado acima de qualquer circunstância. O percurso, apesar de recente, se deu por muitos processos como determinações Estatais, estaduais e municipais que regulamentam o atendimento especializado às crianças brasileiras, permeando os Referenciais Curriculares Nacionais, as Diretrizes Curriculares Nacionais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Base Nacional Comum Curricular e, em se tratando do município de São Paulo, o Currículo da Cidade de São Paulo. Cada um destes documentos corrobora a promoção de educação de qualidade e igualdade de condições para seu acesso e permanência.



RESULTADOS

A questão central deste projeto prevê as especificações da BNCC e do Currículo da Cidade de São Paulo, portanto, os resultados obtidos contemplam as orientações destes dois instrumentos legais.

A análise da transição da educação infantil para o ensino fundamental na BNCC revelou que este processo deve ocorrer de modo contínuo, articulando as vivências, experiências e conhecimentos que as crianças já possuem, proporcionando seu acolhimento, qualificação dos registros, avaliações e diálogos entre professores de ambas as etapas. As práticas pedagógicas devem voltar-se aos campos de experiência e primar pelo respeito às especificidades dos educandos, à valorização de suas capacidades e conhecimentos prévios, propondo ações que promovam adaptação e o pleno desenvolvimento, extinguindo as possíveis rupturas e fragmentações, traçando metas e objetivos que partam de relatórios formativos que contemplem a criança como um todo a fim de proporciona-lhe continuidade no desenvolvimento e no trabalho pedagógico.

O Currículo da Cidade de São Paulo corrobora com as noções apresentadas na BNCC, além de explanar sobre três dimensões fundamentais na articulação entre as etapas: a dimensão da sequencialidade, da organicidade e da articulação. Cada uma destas dimensões contempla as duas etapas de ensino como momentos diferentes, que possuem suas próprias características e objetivos, não devendo sobressair-se uma sobre a outra, mas que devem atuar em conjunto, complementando suas ações e primando pelo desenvolvimento integral da criança, sujeito ativo que deve ter suas especificidades e necessidades valorizadas e respeitadas. É necessário que a articulação das propostas esteja presente no Projeto Político Pedagógico da escola e que a supervisão dê o devido apoio ao acompanhamento e à orientação das ações em prol da qualificação da transição da educação infantil para o ensino fundamental. Ademais, o Currículo orienta para a realização de registros qualitativos, individuais e coletivos, de todos os momentos e situações do cotidiano na sala de aula, tendo em vista acompanhar o desenvolvimento da criança e do planejamento docente; promoção do diálogo, escuta ativa e parceria com famílias/responsáveis; qualificação profissional; e foco no desenvolvimento integral das crianças pautando-se no acolhimento e continuidade das práticas pedagógicas.

Considerando o contexto pandêmico em que crianças e professores se encontram fora do ambiente escolar, é necessário adequar as práticas para que a transição não seja negligenciada, e sim, adaptada ao contexto. Partindo disto, as ações de acolhimento, tanto das crianças como das famílias/responsáveis podem ocorrer por meio de reuniões virtuais lúdicas e interativas, onde a equipe pedagógica estimule-os a participar, podendo promover passeios virtuais pelo



ambiente escolar do ensino fundamental, depoimentos de estudantes e demais funcionários, bem como conversando sobre a rotina e as ações da nova escola. Além do mais, como exposto acima, a elaboração e compartilhamento de relatórios é fundamental, portanto, professores da educação infantil precisam atentar-se ao desenvolvimento das crianças, seja por intermédio dos responsáveis que podem compartilhar vídeos e imagens das atividades propostas, seja através de encontros virtuais para dialogar com as crianças, percebendo-as como sujeitos ativos em seu desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES

Qualificar as práticas pedagógicas intencionando assegurar os direitos das crianças à educação de qualidade inclui refletir sobre os caminhos que compreendem a formação destes sujeitos. Entender que a transição da educação infantil para o ensino fundamental é um dos marcos que influenciam a criança em sua trajetória estudantil é função de toda equipe escolar comprometida com processos de formação integral e que almeja suprimir problemas que afetam o desenvolvimento infantil. Sendo assim, a escola deve zelar pela garantia dos direitos conquistados para a educação de qualidade das crianças, bem como a plena construção de saberes que compõe a formação destas. A prática educativa se tornou mais complexa com o distanciamento social, mas não deve ser negligenciada. Tampouco as ações docentes devem perder seu grau de importância, e, para contemplar a transição da educação infantil para o ensino fundamental, respeitando o exposto nos documentos legais, é necessário não só planejamento flexível que abarque as diferentes realidades e processos de aprendizagem infantis, mas conhecimento sobre o ser criança, suas peculiaridades, necessidades, potencialidades e processos de desenvolvimento, tendo-a como reprodutora e produtora de cultura e conhecimentos pertinentes. Trata-se de sujeitos ativos e que precisam ser considerados ao longo de todo processo de ensino.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família** / 2° ed. Philippe Ariès; tradução Dora Flaksman. – Rio de Janeiro: Guanabara, 1986, 141 pg.

BRASIL. **LEI Federal N° 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF,1996.



BRASIL. **LEI Federal N° 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm >. Acesso em: 31 de mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998, vol. 1.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares** nacionais para a educação infantil. Brasília: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >. Acesso em: 30 de mar. 2021.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. **Currículo da cidade:** Educação Infantil. – São Paulo: SME/COPED, 2019.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. **Currículo da Cidade:** Ensino Fundamental: Língua Portuguesa. São Paulo: SME/COPED, 2017.

UNICEF. Para cada criança. **História dos Direitos da Criança**. Disponível em: < https://www.unicef.org/brazil/historia-dos-direitos-da-crianca >. Acesso em: 30 de mar. 2021.



A EDUCAÇÃO DA AFROPERSPECTIVA DOS POVOS BANTU NO ENSINO DE HISTÓRIA: LEI FEDERAL 10.639/03 NO CHÃO DA ESCOLA "RELATOS DE EXPERIMENTAÇÕES".

Wudson Guilherme de Oliveira, UFRRJ⁵ wudafrica@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Afroperspectivas; Povos Bantu; Ensino de História.

PONDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Este resumo expandido tem como incumbência propor elucubrações referentes aos entraves ligados aos episódios de racismo "ideologia de superioridade racial que tende a beneficiar as pessoas brancas" (MALOMALO, 2018, p. 491) ocorridos em ambiente virtual escolar, em grupo de mensagens de *WhatsApp*. O material pretende amostrar potentes descrições de experimentações ocorridos nas atividades pedagógicas do ensino da disciplina de História como forma de reduzir os impactos racistas nos espaços de saberes.

A ação apresenta as dinâmicas amparadas na implementação da Lei Federal nº 10.639/2003, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 23 de janeiro de 2003, na educação, através do Artigo 26A, que torna obrigatória a inclusão das temáticas da História da África e Cultura Afro-brasileira como mecanismo possível para propor mudanças estruturais no sistema educacional brasileiro, em todos os currículos escolares da Educação Básica, em especial o ensino de História.

-

⁵ Mestrando em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares — PPGEDUC, pela UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), com Pós-Graduação Lato-Sensu em Educação e Relações Étnico-Raciais - PENESB, pela UFF (Universidade Federal Fluminense) e Pós-Graduado no curso Lato-Sensu UNIAFRO Política de Promoção da Igualdade Racial na Escola na UFRRJ/LEAFRO em História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Desenvolve vivências como professor de História, Filosofia, Sociologia e Geografia nos anos finais do Ensino Fundamental, Ensino Médio, EJA — Educação para Jovens e Adultos. Palestrante e Oficineiro, possui de modo voluntário um "Projeto de sensibilização sobre a história africana, indígena e afro-brasileira através das literaturas nos espaços informais de educação". Membro atuante em grupos de pesquisas como: CELeC — Coletivo de Estudos de Letramentos Contemporâneos, na UFRRJ/IM - Instituto Multidisciplinar sob a coordenação da Prof.^a Doutora Adriana Lopes Carvalho, no qual se pesquisa sobre a educação contemporânea e seus desdobramentos e no grupo de pesquisa AFROSIN - Afroperspectivas, Saberes e Interseções, na UFRRJ/IM Instituto Multidisciplinar sob a coordenação do Prof. Doutor Renato Noguera, no qual se pesquisa as infâncias e as relações étnico-raciais. E-mail: wudafrica@gmail.com.

AÇÕES AFROPERSPECTIVISTAS NO ENSINO DE HISTÓRIA

Para o projeto, trabalhamos com oficinas/lives ligadas aos aspectos culturais, filosóficos, históricos, linguísticos e geográficos do continente africano e as contribuições transportadas para o Brasil pelos grupos étnicos chamados *Bantus* "grande conjunto de povos africanos" (LOPES, 2008), com uma turma do 1º Ano do Ensino Médio. A turma era composta por jovens negros(as), pardos(as) e brancos(as) de uma instituição privada de educação, em um município da Baixada Fluminense, região metropolitana do Rio de Janeiro. Tivemos o intuito de promover o fortalecimento da identidade e autoestima dos estudantes afro-brasileiros e a promoção do respeito à ascendência africana por parte dos alunos negro e dos não-negros. Evidenciamos uma pedagogia antirracista e decolonial amparados na afroperspectiva. "O termo tem um sentido simples, o conjunto de pontos de vista, estratégias, sistemas e modos de pensar e viver de matrizes africanas" (NOGUEIRA, 2012, p. 147).

OS DIÁLOGOS E FAZERES DOS POVOS BANTU

A metodologia utilizada foi a criação de oficinas, rodas de diálogos, exibições de vídeos, textos e *slides* afrocentrados através do aplicativo de conferência online *Google Meet*. O material serviu de subsídio para propor as discussões da luta contra o racismo. Os alunos se organizaram em grupos para descolonizarem os olhares eurocêntricos, racistas, machistas, homofóbicos, entre outros. Entre os resultados, houve o surgimento de pesquisa, os educandos entenderam sobre os problemas das violações dos Direitos Humanos, em especial o racismo e os olhares estereotipados aos grupos afrodescendentes.

CONSIDERAÇÕES

Consideramos ser de suma importância descolonizar os pensamentos baseados em moldes eurocêntricos para que possamos revisar as correntes hegemônicas presentes em nossa sociedade e em especial nos Currículos utilizados no chão da escola, que se articulam na disciplina de História. Nesse sentido, este trabalho levanta uma discussão acerca de uma educação étnico-racial e afroperspectivista como uma estratégia em prol do combate às reversões estereotipadas e preconceituosas e construindo estratégias sólidas para a redução do racismo.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais.** - Brasília: SECAD, 2006, p. 219.

BRASIL. **Parecer do Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno/**DF n. 3, de 2004 (Relatora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva). Relatório de Gestão da SECAD, 2004.

BRASIL. Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana, 2009.

BRASIL. **Resolução N. 1, de 17 de junho de 2004**, do CNE/MEC, que "institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana".

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação / Nilma Lino Gomes. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

LOPES, Nei. História e cultura africana e afro-brasileira. São Paulo: Barsa Planeta, 2008.

LWANGA-LUNYIIGO, Samwiri & VANSINA, Jan. Os povos falantes de banto e a sua expansão. *In*: **História Geral da África**, Volume III: África do século VII ao X. Brasília: UNESCO, Secad/MEC, UFSCar, 2010, p 182.

MACHADO, Adilbênia Freire. OLIVEIRA, Eduardo. Africanidades, Legislação e Ensino: Educação para relações étnico-raciais, lei 10.639, filosofia e ancestralidade. In: KOMINEK, Andrea Maila Voss; VANALI, Ana Crhistina (Orgs.) **Roteiros temáticos da diáspora**: caminhos para o enfrentamento ao racismo no Brasil [recurso eletrônico] / Andrea Maila Voss Kominek; Ana Crhistina Vanali (Orgs.) - Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018, p. 49-76.

MARQUES, Bruna. NOGUERA, Renato. Um olhar afro-centrado sobre os bantos: o perfil étnico dos aportados no Rio de Janeiro (1790-1800). *In:* BERINO, Aristóteles. (Org.) **Diversidade Étnico-Raciais e Educação Brasileira** – Seropédica, UFRRJ: Evangraf, 2013, p. 147-169.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *In:* BRANDÃO, André Augusto P. (Org.) **Cadernos PENESB**. Niterói: UFF., 2004, p. 15-35.

NOGUEIRA, R. Ubuntu como modo de existir: Elementos gerais para uma ética afroperspectivista. **Revista da ABPN**. v. 3, n. 6. nov. 2011 – fev. 2012, p. 147-150.

PEREIRA, Amauri Mendes. **África para abandonar estereótipos e distorções** – Belo Horizonte: Nandyala, 2012 (Coleção Repensando África, Vol. 9).



SANTOS, Sales Augusto dos. **A lei nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do movimento negro**. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 / Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. — Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

WALSH, Catherine. **Pedagogias Decoloniais**: práticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Tomo I Serie Pensamiento Decolonial. Equador: Editora Abya Yala, 2013.

A FOTOGRAFIA DOCUMENTAL PARA A VISIBILIZAÇÃO DAS INFÂNCIAS

Gilvana Menslin Oliveira Maia

A fotografia não deve reproduzir o visível, e sim tornar visível o invisível. Franco Fontana apud Hoyuelos (2019, p.191)

RESUMO

O presente estudo teórico discute a utilização da fotografia documental para a visibilização das infâncias. O interesse pela temática vem de reflexões ao longo da minha vida docente. Existe uma abordagem fotográfica que possa guiar o olhar dos professores? Qual a contribuição da fotografia para a visibilização das infâncias? Assim, apoiamos as reflexões bibliográficas na abordagem qualitativa. Utilizamos autores da área da fotografía e linguagem fotográfica: Lima (1988), Freeman (2014) e Nates (2013), Martins (2021) e Herman (2016) e em autores que dialogam sobre documentação pedagógica: Kinney e Wharton (2009), Gandini e Goldhaber (2002), Riera (2019), Rinaldi (2020) e Gariboldi (2020). Compreendemos a importância da utilização da fotografia no processo de documentação pedagógica. Sendo assim, nós, professores, precisamos ter consciência da nossa percepção no processo de escuta e na observação que guiará o nosso olhar no momento de utilizar a fotografia para documentar os projetos na educação infantil. Avaliamos que a abordagem da fotografia documental dialoga com a documentação pedagógica quando compreendemos que o olhar de quem fotografa não é neutro, mas permeado de intencionalidade e que, por meio da discussão com os pares e da observação atenta, é possível dar visibilidade e sustentar as investigações das crianças, visibilizando infâncias.

INTRODUÇÃO

A utilização da fotografia na Educação Infantil não consiste em uma novidade. Há muito tempo, a fotografia é utilizada como forma de registrar acontecimentos importantes como homenagens cívicas, bem como registrar professores e suas turmas. A fotografia, que em sua criação era inatingível, cara e reservada para poucos momentos, adentrou, diante do advento da era digital, as escolas de educação infantil, inicialmente como uma forma de registro.



Talvez sem percebermos, seguindo uma tendência social, a fotografia foi ganhando espaço na Educação Infantil. Lembro quando iniciei na Educação Infantil em 1999. Fotografamos os eventos no "Jardim de Infância" e, após reveladas, as fotos eram expostas na entrada da instituição para que os pais pudessem comprar cópias e guardá-las de lembrança. A fotografia era o registro do vivido, talvez o registro da prática pedagógica e das festividades na instituição.

Talvez o custo alto para comprar o filme e revelar as fotos dificultasse que todos os momentos fossem fotografados; o clique era muito bem pensado, afinal, até mesmo as fotografias borradas e inutilizadas eram pagas no momento da revelação. Então surgem as primeiras câmeras digitais com a promessa de fotografias instantâneas, sem o custo da revelação. Essa revolução tecnológica impactou culturalmente como nos relacionamos com a fotografia no cotidiano.

Quando surgiram as primeiras câmeras fotográficas digitais, havia uma pequena tela para ver a imagem. E essa imagem precisava ser passada para um computador para então ser compartilhada, o que dificultava o compartilhamento. Para mostrar a imagem a alguém era preciso ter um computador e enviá-la por e-mail. Os celulares não eram ainda dotados de tal tecnologia que permitisse seu rápido compartilhamento. Porém, o ato de fotografar e ver a imagem havia ficado mais acessível. Lembro que em 2005, quando comprei minha primeira câmera digital, tudo, absolutamente tudo, era fotografado com as crianças e impresso em folhas sulfite como uma recordação, uma lembrança.

Foi a soma de muitos fatores que nos trouxe ao momento atual, ao imediatismo com relação à fotografia. Em tempo real, é possível fotografar e postar nas redes sociais com um smartphone. Pouco se pensa sobre a fotografia, sendo ela criada e compartilhada em segundos ou poucos minutos. A escola, que é integrada à sociedade, novamente incorporou uma prática pouco refletida com a fotografia das crianças e professores nas redes sociais das instituições de educação infantil.

No início do ano de 2019, comecei a acompanhar perfis de professores e instituições de Educação infantil nas redes sociais. Curiosamente, talvez por estar atuando na formação docente e não estar diretamente com as crianças, a documentação dos projetos exibida nas redes começou a chamar minha atenção, assim como o caráter comunicativo das imagens. Não era incomum encontrar fotografias das crianças, cuidadosamente organizadas lado a lado, segurando uma atividade nas mãos e sorrindo para a foto. Ou então uma atividade sendo executada onde era possível ver uma criança realizando a ação e todas as outras sentadas ao fundo aguardando sua vez.

Todas essas observações convocaram meu olhar a pensar como até o momento eu havia utilizado a fotografia no meu cotidiano. Sempre fotografei, desde a época do filme, mas por muitos anos não refletia sobre as imagens ou, quando o fazia, não era relacionado à



proposta que seria ofertada às crianças. Foi no ano de 2007 que comecei a pensar e utilizar a fotografia nos meus registros diários sobre as vivências, porém era algo íntimo, ao qual as famílias só tinham acesso a cada seis meses, no momento da avaliação. Eu desconhecia o poder comunicativo e formativo das redes sociais, porém, nesse tempo, comecei a pensar o registro fotográfico na minha prática e na comunicação com as famílias, mas ainda na minha "bolha" de professora de educação infantil com a turma que atuava.

Eu trabalhava diretamente com formação de professores desde o ano de 2018, como parte do Grupo interdisciplinar de Pesquisa e prática em Educação - GIEPPE, na rede de São Francisco do Sul - SC, quando colaborei com uma pesquisa, no ano de 2019, que identificou as principais linguagens presentes nos portfólios de aprendizagem nas turmas de Educação Infantil. Foi o momento em que o meu olhar deixou a bolha. Dos 125 portfólios analisados, somente um não tinha o registro fotográfico, e a forma como os registros eram utilizados eram as mais variadas possíveis. Grande parte das fotos eram posadas, das crianças olhando para a imagem de forma estática. Em relação à linguagem escrita e à fotografia, a maioria não tinha descrição do acontecido, mas uma frase como: "João brincando." Algumas continham na legenda o nome da atividade e o objetivo do professor, como por exemplo: "desenvolver a coordenação motora." Perceber que a fotografia não comunicava processos e que essa "função" não estava clara para os professores que produziam a documentação me inquietou.

Uma vez encerrada a minha colaboração no estudo, iniciei, como curiosa que sou, uma jornada em busca de respostas: existe uma abordagem fotográfica que possa guiar o olhar dos professores sobre como fotografar? Qual a contribuição da fotografia para visibilizar as infâncias? Assim, organizou-se o estudo em dois eixos, a fotografia e a observação, no qual se discute a articulação entre as ações de fotografar e de observar, e o papel da fotografia documental para a visibilização das infâncias.

O QUE VEM PRIMEIRO: A FOTOGRAFIA PARA OBSERVAÇÃO OU A OBSERVAÇÃO PARA A FOTOGRAFIA?

O que já foi uma hipótese algum dia, hoje é a certeza de que, para a prática pedagógica na Educação Infantil, o registro é algo fundamental. Por muito tempo registramos para verificar se os objetivos haviam sido atingidos; hoje registramos para dar visibilidade às infâncias no processo educativo. Neste sentido, ao pensarmos a fotografia como uma forma de registro na educação infantil, faz-se necessário discutir ações anteriores ao ato de fotografar.

Um dos pontos fundamentais para registrar na educação infantil é observar. De acordo com Herman (2016, p. 24):



Nossa capacidade de ver, de dar sentido ao que vemos, e de agir conforme essa informação reside no incrível poder que depende inteiramente das nossas conexões neurais. [...] cientistas descobriram que à medida que desaceleramos ou paramos de exercitar os nossos músculos mentais, a velocidade da transmissão neural se reduz drasticamente, o que por sua vez leva a um decréscimo da velocidade do processamento visual.

Neste sentido, o ato de ver, perceber e entender o que vemos precisa ser exercitado. À medida que tomamos consciência do quanto essa observação se faz necessária, percebemos que leva tempo até ativar nossa inteligência e processamento visuais. De igual maneira, Riera (2019 p. 78) esclarece que a observação "[...] necessita de um treinamento para exercer uma atenção consciente naquilo que é observado." No cotidiano, com as crianças, podemos valorizar suas ações e brincadeiras.

Sobre a concentração e distração do adulto observador, Herman (2016, p. 35) coloca: "A tecnologia portátil não é só uma distração sensorial; nós permitimos que ela seja uma substituição sensorial." Assim, sempre argumentamos que antes de olhar para a criança pela tela do celular ou pela lente de uma câmera, é necessário olhar nos olhos e estabelecer vínculos e conexões, conhecer a criança por meio do processo de escuta.

A escuta, para Rinaldi (2020, p. 124), é a "Escuta como sensibilidade aos padrões que conecta, ao que nos conecta aos outros" e a "metáfora para a abertura e a sensibilidade de ouvir e ser ouvido." O processo de escuta ao qual Rinaldi (2000) se refere parte inicialmente da relação entre adultos e crianças na acolhida, no afeto, na conexão. Uma criação de vínculos, sem que as telas, preocupadas em fotografar, estejam entre o adulto e a criança nesse momento.

Assim, a percepção visual e o processo de escuta ocorrem concomitante à observação do professor. Acreditamos ser importante a tomada de consciência deste processo na prática pedagógica, porém ressaltamos o caráter consciente e de imersão que estes exigem. Em relação à observação, Riera (2019 p. 77) esclarece: "A observação tenta ir mais além do olhar e da percepção, para não ficarmos na superfície. Ela pretende perceber o que acontece e implica em examinar e contemplar com atenção." Neste sentido, argumentamos sobre a importância da percepção para assim conseguirmos aprofundar o olhar por meio da observação. É essa observação atenta em relação à criança que nos leva à tomada de decisão ao fazer a fotografia.

Quanto a compreendermos as possibilidades na educação infantil e a perspectiva etnográfica das relações estabelecidas com as crianças, Riera (2019 p. 81) esclarece que:

As perspectivas etnográficas e ecológicas, como métodos de investigação, nos ajudam a nos aproximarmos do conhecimento da infância a partir do seu modelo natural de ação, para sabermos e compreendermos o que os meninos e as meninas fazem e pensam, o modo como se relacionam e aprendem.

Neste sentido, com o conhecimento profundo sobre a importância da observação na Educação Infantil e da intensidade das relações de vivências com as crianças, buscou-se compreender



como a fotografia entraria nesse processo. Existem muitas formas de fotografar e muitas abordagens diferentes. Qual seria a melhor abordagem para documentar as aprendizagens das crianças na Educação infantil? Esse será o foco de discussão da próxima seção.

FOTOGRAFIA DOCUMENTAL E A VISIBILIZAÇÃO DAS INFÂNCIAS

Atualmente há tantas abordagens fotográficas possíveis quanto espaços sociais que a fotografia ocupa. Assim, também existem muitas conceituações sobre como dar visibilidade às infâncias na educação infantil.

Por muito tempo, a fotografia, segundo Nates (2013), foi vista como uma ferramenta excelente para oferecer informações claras e objetivas. A conhecida frase popular "a fotografia não mente" advém desse período, no qual eram poucas as possibilidades de manipulação da imagem. Todavia, a riqueza da fotografia no processo documental está para além da objetividade, mas, segundo Nates (2013), a fotografia é um mecanismo de transporte de conhecimento e cultura, um repositório de uma multiplicidade de comunicações.

Referente ao caráter comunicativo da fotografia, de acordo com Lima (1988, p. 23-24):

A leitura da fotografia nos provoca, portanto, reações emocionais mais espontâneas e quase sempre mais intensas do que a leitura de um texto. Na leitura de um texto, as reações psicológicas se desencadeiam imediatamente, já que os sentidos das palavras e das frases passa antes pela imaginação para ser traduzido em imagens mentais. A leitura de uma fotografia desencadeia reações emotivas diretas, pois ela suprime esta fase intermediária.

Também sobre a potência da fotografia enquanto comunicação, Freeman (2014, p. 40) escreve:

Comunicam constantemente e passam por cima da parte do cérebro que processa as palavras. Suas qualidades gráficas podem também ter função, além daquela desempenhada pelo que é mostrado. Podem funcionar sozinhas e juntas ao mesmo tempo. Respondem maravilhosamente ao layout. ao redimensionamento e a outras técnicas de apresentação. Funcionam juntas umas com as outras de duas maneiras: justaposição e sequência.

Nos sentidos apontados pelos autores, ao utilizarmos a fotografia no processo documental no cotidiano da educação infantil, estaremos utilizando uma linguagem com um grande caráter comunicativo, que pode dar visibilidade às ações vivenciadas pelas crianças. Partindo do pressuposto que a fotografia faz parte do processo de escuta, de acordo com Rinaldi (2020, p. 233), "como detetives metafóricos, seguimos as pegadas das crianças, as direções que elas tomam e para as quais nos conduzem." As fotografias iniciam o processo de escuta na garantia dos direitos das crianças, sendo importante instrumento de observação que



possibilita aos professores, em conjunto com outras linguagens, sustentar as investigações das crianças promovendo a garantia dos direitos de aprendizagens em uma prática significativa.

Ao estarem envolvidos no cotidiano, os professores capturam as imagens que acontecem diante dos seus olhos para além do que veem, pois a fotografia é uma interpretação do que está acontecendo. Neste sentido, Nates (2013) explica que uma pessoa visualmente alfabetizada é capaz de traduzir sinais visuais complexos, ou seja, vai além do óbvio e da aparência. Quando se fotografa uma ação em desenvolvimento, o professor é desafiado, por meio da observação, segundo Riera (2019, p.83), a "[...] procurar interpretar o que se observa com base no ponto de vista da criança, e não impor as percepções adultas ao material observado." Assim, conseguimos compreender a complexidade em documentar por meio da imagem o que observamos para dar visibilidade às ações e relações infantis, bem como à importância dos professores buscarem minimamente conhecimentos sobre linguagem fotográfica, a fim de escreverem com a imagem o ponto de vista da criança.

Ao compreendermos que a função da fotografia é visibilizar as ações infantis, por meio da observação do professor, argumentamos que a mesma postura ética existente na observação precisa existir no momento que se fotografa: a de não interferir nas ações das crianças. Assim como ter a clareza, conforme elucida Nates (2013), de que a fotografia como reprodução da realidade é uma ilusão, a realidade é algo impossível de ser reproduzida, pois, ao fotografar, as escolhas estão permeadas pela intenção e opinião de quem fotografa.

Neste sentido podemos entender a fotografia como a representação do real, afinal, em uma perspectiva da fotografia documental, ela foi feita em um momento vivido e real para quem está sendo fotografado. Porém a interpretação de quem fotografou e de quem vê a imagem não representa uma verdade absoluta do que foi ali vivido. Quando falamos sobre a fotografia para a visibilização das infâncias na educação infantil, precisamos ter clareza da subjetividade que envolve tanto o ato de fotografar quanto a interpretação das imagens.

Sobre a fotografia no cotidiano, Martins (2021, p. 36) nos conta que:

[...] permitem ver por outros meios o que não pode ser visto. Ao mesmo tempo ela introduz alterações nos processos interativos, na pluralidade de sentidos que há tanto no lado do fotógrafo quanto no lado do fotografado e do espectador da fotografia.

Assim, com este caráter particular, em uma perspectiva sociológica relacionada aos processos interativos, a utilização da fotografia deve estar sustentada no processo de documentação pedagógica, aliada a outros instrumentos de observação e realizada entre os pares.



Gandini e Goldhaber (2002, p. 153) explicam: "Uma vez que coletamos nossas observações, precisamos editá-las e prepará-las antes que possamos compartilhá-las, discuti-las e interpretá-las." Neste fragmento conseguimos perceber a preocupação em observar, reunir o material e prepará-lo para a discussão e interpretação. É um cuidado para não apoiarmos nossas observações em um único instrumento e a interpretação das ações das crianças somente na visão do professor, um respeito a visibilização das infâncias, um ato político e democrático.

Gandini e Goldhaber (2002, p. 153) trazem recomendações quanto às observações, apontando que "as anotações precisam ser cuidadosamente lidas e organizadas [...] as fotografias [...] devem ser selecionadas (em parte) e colocadas em sequências flexíveis." Sobre a organização das imagens, Riera (2019, p. 95) argumenta, citando Vasilachis (2006), que "[...] o registro implica deixar um documento do que é observado e que se traduz em um momento insubstituível, no qual se gera 'a transformação do olhar em imagens em documento escrito.' (Vasilachis, 2006, p.122)." Assim, a fotografia é um rico instrumento documental na educação infantil e precisa ser utilizada com a consciência do seu caráter interpretativo, assim como o compromisso docente de dar visibilidade e respeitar as infâncias das crianças na Educação infantil e com os sentidos vivenciados e compartilhados que serão visualizados nas imagens.

Sobre a importância da visibilidade na fotografia documental, Nates (2013) esclarece que a fotografia documental representa uma interpretação do mundo real por um fotógrafo cuja finalidade é comunicar algo importante, a imagem como um comentário a ser compreendido pelo espectador. No mesmo sentido, Kinney e Wharton (2009, p. 49) argumentam que "reconhecemos agora a visibilidade como um fator importante no encorajamento dos pais e das famílias." Neste sentido, a intencionalidade da abordagem documental na fotografía se articula com a principal função da documentação pedagógica: dar visibilidade aos processos vividos, da forma mais legítima possível, compreendendo que se trata de um percurso interpretativo que precisa estar imerso, de forma criteriosa, em um processo documental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos refletir e problematizar aspectos relacionados à fotografia no cotidiano da educação infantil. Iniciamos refletindo sobre a observação e a fotografia documental, descortinando elementos nem sempre discutidos no âmbito da educação, como a articulação entre a percepção, o processo de escuta e a observação. Estar consciente de como precisamos melhorar nossa percepção para captar as ações e relações das crianças faz parte do processo inicial da documentação pedagógica.

Posteriormente, articulamos as características da abordagem documental na fotografia com o processo de visibilização das infâncias na educação infantil. Entendemos que, com o



avanço da tecnologia, a fotografia ocupa um espaço central para a obtenção dos registros fotográficos e a postura ao fotografar, o cuidado com as imagens desde a captação, a organização e a interpretação até a comunicação com as famílias.

Entendemos como necessária a consciência de que a fotografia não é a representação da verdade absoluta. O ato de fotografar não é neutro, mas permeado de intencionalidade. E a fotografia é um rico instrumento para a documentação e visibilização das infâncias na educação infantil, ela está presente desde o processo de escuta, assim como durante todo o processo. Por meio dos registros, é possível estabelecer diálogos entre todos os envolvidos a fim de compreender os sentidos atribuídos a cada etapa vivenciada, que será a sustentação para a organização do cotidiano pelos professores. A fotografia também é fundamental na construção da documentação que comunica às crianças e à comunidade educacional os processos inerentes desenvolvidos. A fotografia na abordagem documental deixa de ser um simples registro e passa a ser parte do processo de documentação pedagógica que visibiliza as infâncias na educação infantil.

REFERÊNCIAS

FREEMAN, M. A narrativa fotográfica: A arte de criar ensaios e reportagens. Porto Alegre: Bookman, 2014.

GANDINI, L. GOLDHABER J. Duas reflexões sobre a documentação. *In*: Bambini: **A abordagem Italiana à educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

GARIBOLDI, A. A progettazione: uma abordagem de pesquisa. *In.* MARTINI, D. MUSSINI, I. GILIOLI, C. RUSTICHELLI, F. **Educar é a busca de sentido**: aplicação de uma abordagem projetual na experiência educativa de 0 a 6 anos. São Paulo: Editora Ateliê Carambola Escola de Educação Infantil, 2020.

HERMAN, A. E. Inteligência Visual. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

HOYUELOS, A. RIERA M. A. **Complexidade e relações na educação infantil**. São Paulo: Phorte, 2019.

KINNEY, L. WHARTON, P. **Tornando visível a aprendizagem das crianças**: Educação infantil em Reggio Emília. Porto Alegre: Artmed, 2009.

LIMA, I. A fotografia é sua linguagem. Rio de Janeiro, Editora Espaço e Tempo, 1988.

MARTINS, J. S. Sociologia da Fotografia e da Imagem. São Paulo: Editora Contexto, 2021



NATES, Ó. C. **Fotografia de Documentarismo Social**. México: Souza Edições Eletrônicas, 2013.

RIERA, M. do olhar ao observar. *In*: HOYUELOS, A. RIERA M. A. **Complexidade e relações na educação infantil**. São Paulo: Phorte, 2019.

RINALDI, C. **Diálogos com Reggio Emilia**: Escutar, investigar e aprender. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

Grupos de Trabalho – Comunicação Oral Eixo temático 2:

Formação dos docentes da Educação da Infância no contexto de pandemia



pandemia

FORMAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL: REVISÃO DA LITERATURA DE UMA PESQUISA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DURANTE O PERÍODO PANDÊMICO

Aline Belle Legramandi - Uninove profalinebelle@hotmail.com

Aline Cristina de Jesus Pinto - Uninove aline_cristina.jesus@uni9.edu.br

Andreia Menarbini - Uninove andreiamenarbini@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil. Formação docente. Relações étnico-raciais. Revisão de literatura. Interculturalidade crítica.

INTRODUÇÃO

Inúmeras pesquisas iniciam-se nas inquietudes humanas na mais tenra idade, nas quais o inconformismo com a realidade vivida se torna precursor para alçar novos voos e caminhos. Sua preocupação não se restringe à sua própria condição de vida, mas é alicerçada no compromisso com as pessoas, para que a dura realidade experienciada possa ser transformada e se torne mais justa e respeitosa para todos e todas. E foi assim que esta pesquisa nasceu, a partir do olhar sensível de uma menina que viu sua vida mudar pela educação e pelo esporte, que ao adentrar nas veredas científicas por meio de um projeto de pesquisa de iniciação científica, realizada durante a pandemia da Covid-19, se propôs a investigar um tema relevante que ratifica a necessidade de mudanças nas estruturas sociais e educacionais deste Brasil, para que de fato o direito à educação de qualidade seja garantido para todos. Para novas perspectivas científicas, reforçamos o quão importante é ter uma graduanda na pesquisa, pois viabiliza a renovação da universidade por meio da reestruturação de olhares outros e da propagação de vozes outras para e na formação de docentes.



PRESSUPOSTOS FUNDAMENTAIS DA TEMÁTICA E PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A história da Educação Infantil (EI) registra que ela surge como uma forma de atenuar a problemática social relacionada à mãe trabalhadora e aos possíveis problemas sociais gerados pela falta de cuidados básicos com a criança. No Brasil, a EI foi reconhecida como direito da criança em 1988, com a promulgação da Constituição Federal. Mesmo com as significativas mudanças legais, o direito à EI monstra fragilidades intensificadas pela pandemia, e uma delas se refere à perspectiva colonial do Brasil que, segundo Menarbini e Tavares (2019), por ser um país colonizado por Portugal, sofre fortes influências europeias em sua história e a questão da EI mantém essa perspectiva, já que os modelos adotados são europeus e fundamentados nos seus teóricos. Assim, no Brasil, urge a necessidade de um olhar atento para as reais necessidades da infância numa perspectiva intercultural crítica, na qual sejam considerados o direito infantil de aprender, e que sejam respeitadas as características da infância, a cultura local e o respeito ao protagonismo infantil. Portanto, são necessárias mudanças de paradigmas enraizados que devem ser amplamente debatidos, estudados e superados por toda sociedade e, de forma enfática, pelos profissionais da educação e por toda a comunidade escolar.

Diante da complexidade da temática e da organização de movimentos sociais que representam a cultura afro-brasileira, foi promulgada a Lei 10.639/2003 que estabelece a obrigatoriedade da presença temática "História e Cultura Afro-Brasileira e África" no currículo oficial das redes de ensino. Entretanto, mesmo com o avanço nas legislações educacionais em relação às questões étnico-raciais, conjeturamos que as atividades desenvolvidas na EI ainda são influenciadas por uma racionalidade colonialista que se contrapõe às atuais legislações e à realidade do povo brasileiro, em especial a dos menos abastados, e que é repleta de violências históricas, econômicas, sociais, físicas e, sobretudo, simbólicas. Tais violências inviabilizam a ruptura do imaginário social que garante a perpetuação da cultura racista no dia a dia escolar.

Como movimento de reação e superação do racismo enraizado pelo colonialismo e pela colonialidade, é preciso que haja uma perspectiva inovadora e ousada, em que haja "a promoção do interculturalismo como, além de movimento social, uma prática pedagógica revolucionária e radical, que sirva de apoio aos grupos que se sintam intimidados e que garanta sua dignidade cultural, antropológica e ontológica" (LEGRAMANDI; TAVARES, 2019, p. 28). Assim, a interculturalidade crítica desponta como um projeto contínuo de validar conhecimentos outros e a existência de visões de mundo outras que possibilitem caminhos outros para a construção de novos conhecimentos e práticas educacionais.

O modelo escolar institucionalmente reconhecido não contempla a plurietnicidade existente e tão pouco promove a interculturalidade dos discentes dentro das escolas durante o processo educacional. Neste sentido, a interculturalidade crítica polariza-se à educação



hegemônica e prostra-se como uma prática voltada para a transformação e (re)construção de uma sociedade radicalmente diferente da atual, uma sociedade em que caiba a compreensão de que nas escolas transitam diversas etnias e múltiplas culturas e que, por isso, caiba, indispensavelmente, a construção de propostas educacionais que contemplem essas múltiplas culturas e a plurietnicidade brasileira.

Considerando esse contexto, realizamos esta pesquisa com o objetivo de apresentar uma análise bibliográfica das produções acadêmicas publicadas entre 2016 e 2019 e em busca de responder a seguinte questão: quais os itinerários da produção científica brasileira voltadas para as relações étnico-raciais na formação inicial do docente da EI? Esperamos, com isso, contribuir com a educação brasileira. Para tanto, realizamos uma revisão da literatura, com abordagem qualitativa, de caráter descritivo e de cunho bibliográfico.

REVISÃO DA LITERATURA: DESVELANDO OS ACHADOS DAS PESQUISAS ANALISADAS

A revisão da literatura aqui apresentada buscou fundamentar e contextualizar o problema de pesquisa que se relaciona com uma educação voltada para as relações étnicoraciais, sucedendo à inquietação com as práticas pedagógicas dentro das instituições de EI. Para isso, fez-se, inicialmente, um levamento de teses e dissertações com uma delimitação de tempo de quatro anos (2016 a 2019) no Banco de Teses da CAPES, na Biblioteca Digital da PUC-SP e na Biblioteca Digital da Uninove.

No que tange aos artigos científicos, estabeleceu-se o mesmo recorte temporal (2016 a 2019) e, como banco de dados, o Google Acadêmico. Os descritores utilizados nas buscas foram semelhantes aos eleitos na etapa de teses e dissertações, a saber: formação docente, EI e relações étnico-raciais. Os resultados indicaram um total de 2146 artigos, dos quais foram selecionados, inicialmente pelos resumos, 140 artigos e, finalmente, tomados 16 para leitura e análise rigorosas. Após a seleção destes textos, foi realizada uma análise minuciosa, levando em consideração seus aspectos metodológicos, a problemática discutida e as implicações para a prática pedagógica como suporte para a educação para as relações étnico-raciais.

Ao final, para o melhor desenvolvimento desta pesquisa de iniciação científica, foram selecionadas três dissertações: Germano (2016), Góes (2017) e Barros (2019); duas teses: Martins (2017) e Miranda (2018); e um artigo dos autores Solza, Dias e Santiago (2017). Assim, na totalidade, foram examinados seis trabalhos e a distribuição destes pelas categorias temáticas mostrou a importância da formação inicial e continuada para os professores com a questão das relações étnico-raciais, bem como a relevância do trabalho com a cultura afro-brasileira. Porém,



os estudos não se referiram a nenhum modelo de formação continuada para a EI relacionado às relações étnico-raciais.

Após essa análise, em função dos descritores mencionados, passamos a explorar os estudos para conhecer o conteúdo dos trabalhos selecionados por meio dos seus enfoques da abrangência do tema, dos objetos de estudo, dos autores de referência, da metodologia, das técnicas de coleta de dados e análise e das conclusões do estudo. Dessa forma, destacamos as considerações a seguir:

Os autores pesquisados, em sua maioria, realizam uma abordagem qualitativa para estudar as situações, as práticas, demonstrando maior interesse nos processos do que nos resultados. Utilizam como procedimentos e instrumentos metodológicos a análise documental, entrevista, questionário, estudo de caso e grupo focal. Também optam pela análise de conteúdo para o tratamento das informações obtidas.

As pesquisas selecionadas são utilizadas para melhor compreensão das relações étnicoraciais, seu histórico, a legislação que aborda a temática, as relações estabelecidas nas instituições e as intencionalidades político-pedagógicas referentes à temática.

Utilizaram como categorias de análise: formação docente para as relações étnico-raciais, opressão, conscientização, alienação, contribuições do movimento negro para construção da educação étnico-raciais, escravização, diferenças culturais, interculturalidade, lei nº10.639/03 educação, história e cultura afro-brasileira, conceito de conscientização, branqueamento, currículo, disciplinas em que a temática étnico-racial é parcialmente abordada; disciplinas que potencialmente podem abordar a temática étnico-racial; disciplinas que não abordam a temática étnico-racial.

As pesquisas selecionadas foram realizadas por meio das abordagens teóricas crítica, e os autores mais utilizados foram Ballestrin, Bittencourt, Freire, Fernandes, Forquin, Gomes, Goodson, Gorender, Grosfoguel, Hargreaves, Quijano, Moura, Munanga, Nóvoa, Orlandi, Sacristán, Santos, Schawarz, Tavares, Tardif, Williams.

Os estudos selecionados demonstram que as relações étnico-raciais constitui uma temática complexa e que envolve questões históricas, emocionais, sociais, estruturais, culturais e de concepção de mundo e de respeito ao ser humano muitas vezes relacionada a estereótipos e preconceitos sociais que influenciam negativamente o processo identitário das crianças negras. Todos tratam a temática como relevante na vida das crianças, em especial às negras que sofrem numa sociedade que lhes negam a inclusão respeitosa. Além disso, propõem práticas inclusivas e de respeito considerando as relações étnico-raciais entrelaçadas às características da infância.

As conclusões geram dúvidas sobre a formação dos professores sobre relações étnicoraciais na Educação Infantil e mostram a necessidade de trabalhar a temática, principalmente



com os professores, uma vez que a prática pedagógica com as crianças pequenas, segundo a maioria dos pesquisadores aqui citados, está em desacordo com o marco legal vigente. Isso pode trazer consequências negativas para as crianças e toda a sociedade por afetar negativamente o processo identitário das crianças negras.

Portanto, constatamos que se faz necessário melhor esclarecer a formação continuada para docentes da EI que aborde as relações étnico-raciais, para que haja uma mudança no paradigma eurocêntrico da educação brasileira e um atendimento qualificado de todos os estudantes e todas as estudantes, considerando e promovendo a interculturalidade crítica por todo Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se, por um lado, observou-se nessa revisão da literatura a necessidade de disseminação desse tema perante a sociedade com vistas à importância da atuação docente na busca de pressupostos para uma educação democrática, por outro, as diferenças de concepções e proposições das questões étnico-raciais nos processos educativos da Educação Infantil precisam ser mais bem esclarecidas para que os profissionais da educação tenham referências para as suas opções pedagógicas no trabalho com as crianças nas instituições de Educação Infantil. Isso se confirmou nas afirmações contundentes de pesquisadores nacionais ao pontuarem que, embora as leis e as políticas públicas para a educação para as relações étnico-raciais estejam postas, elas ainda não conseguiram atingir as práticas pedagógicas e a formação de professores.

No âmbito teórico, podemos inferir que outras pesquisas sobre o tema podem ser realizadas por meio de outras abordagens metodológicas, utilizando outros instrumentos e tipos de análise, o que certamente contribuirá para o avanço do conhecimento sobre a temática. Apesar de todas as pesquisas realizadas, existem lacunas a serem investigadas, uma vez que se constata a predominância da cultura branca e eurocêntrica na prática pedagógica das instituições, o que aprofunda a exclusão da cultura afro-brasileira no trabalho educativo e, consequentemente, fere os direitos das crianças negras ao calar suas vozes e corpos por meio de práticas descontextualizadas de suas reais demandas.

No âmbito empírico, os estudos correlatos apontam a premência de ações concomitantes nos diferentes níveis e etapas de ensino da educação brasileira, incluindo a EI, sobre o entendimento da importância e da indispensabilidade de incorporar a educação para as relações étnico-raciais na centralidade da organização curricular, na formação inicial e continuada de docentes e nas estratégias e práticas pedagógicas. Ou seja, não somente nas atividades de datas "comemorativas" ou em temas transversais, pois uma educação que se pretenda emancipatória deve, primordialmente, oportunizar um aprendizado mais qualificado e significante para todos



e todas. Respeitando, assim, as características da idade em que as crianças se encontram, e contemplando questões culturais e sociais brasileiras fundamentadas na diversidade, na diferença e na interculturalidade crítica, além de considerar, também, as consequências intensificadas pela pandemia da Covid-19 na ampliação das diferenças sócio-econômicas pelo país.

REFERÊNCIAS

BARROS, Thaís Aline Laurentino Quintas de. Educação e relações étnico-raciais no currículo da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo. 2019. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

GERMANO, Antonio. A efetivação da história e cultura afro-brasileiras e africanas no ensino público e privado: um estudo comparativo entre duas escolas. 2016. 166 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2016.

GÓES, Djalma Lopes. **Ações afirmativas e ação pedagógica na educação**: a aplicação da Lei 10.639/2003 na sala de aula. 2017. 187 f. Dissertação (Programa de Mestrado em Gestão e Práticas Educacionais) - Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2017.

LEGRAMANDI, Aline Belle; TAVARES, Manuel. Insurgência e resistência no pensamento freiriano: propostas para uma pedagogia decolonial e uma educação emancipatória. **Revista** @**mbienteeducação**, [s.l.], v. 12, n. 1, p. 24-32, 2019. Disponível em: https://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/669/636. Acesso em: 22 set. 2021.

MARTINS, Telma Cezar da Silva. O **branqueamento no cotidiano escolar: práticas pedagógicas nos espaços da creche**. 2017. 164 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2017.

MENARBINI, Andreia; GOMES, Manuel Tavares. EI brasileira: influências e contextos. **Revista** @**mbienteeducação**, [s.l.], v. 13, n. 1, p. 230-248, dez. 2019. Disponível em: https://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/780. Acesso em: 22 set. 2021.

MIRANDA, Vanessa Regina Eleuterio. **Formação de professores para o trabalho com a educação das relações étnico-raciais**. 2018. 242 f. Tese. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdadede Educação, Belo Horizonte, 2018.

SOLZA, Ellen Gonzaga Lima; DIAS, Lucimar Rosa; SANTIAGO, Flávio. EI e desigualdades raciais: tessituras para a construção de uma educação das/nas relações étnico-raciais desde a



creche. **Revista Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 4, n.1, p. 46-55, 2017. Disponível em: https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinova-cao/article/view/276. Acesso em: 01 set. 2021.

TAVARES, Manuel; GOMES, Sandra Regina. Multiculturalismo, interculturalismo e decolonialidade: prolegômenos a uma pedagogia decolonial. **Dialogia**, São Paulo, n. 29, p. 47-68, mai./ago. 2018. Disponível em: https://doi.org.10.5585/Dialogia.n.29.8646. Acesso em: 13 set. 2021

FORMAÇÃO DOCENTE DA INFÂNCIA COM ESTUDANTES DE PEDAGOGIA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ EM TEMPOS DE PANDEMIA

Profa. Dra. Andreia Menarbini- CUFSA andreiamenarbini@gmail.com

Profa. Dra. Marli Vizim – CUFSA marlivizim@uol.com.br

PALAVRAS-CHAVE: Formação docente; Práticas pedagógicas; Educação Infantil; Pandemia da Covid-19.

INTRODUÇÃO

A formação profissional do professor se inicia na graduação e continua durante toda a carreira docente, num processo contínuo permeado por reflexões sobre o conhecimento científico e a práxis educativa. Segundo Freire (1991), o professor é um profissional em permanente construção, que se faz e se refaz a partir de sua prática, por intermédio de reflexões sobre o seu cotidiano e cuja prática depende da compreensão do processo de conhecer.

O curso de Pedagogia do Centro Universitário Fundação Santo André (CUFSA) possui bases epistemológicas que integram a profissionalidade docente e instituem que quanto mais cedo os estudantes vivenciarem situações reflexivas sobre o ato de conhecer e de educar, mais eles estarão preparados para atuarem na profissão. Nesse sentido, para uma aprendizagem qualificada do futuro professor da infância, há necessidade de proporcionar aos estudantes momentos de reflexões que envolvam as epistemologias da área educacional e o conhecimento empírico. Diante das condições impostas pelo período pandêmico da Covid-19, foram organizadas formações relacionadas à prática docente da infância com os estudantes de Pedagogia, cujos relatos serão apresentados a seguir.

OBJETIVO DA EXPERIÊNCIA

Proporcionar aos estudantes momentos de reflexão sobre parte das epistemologias da área educacional trabalhadas nas disciplinas acadêmicas no Curso de Pedagogia, por meio do contato com docentes atuantes na educação da infância.

PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO E REALIZAÇÃO DAS FORMAÇÕES

A organização das formações iniciou com uma sondagem via formulário on-line, a fim de melhor atender as necessidades formativas dos estudantes de Pedagogia relacionadas à prática docente com a infância. Participaram da sondagem os estudantes do terceiro e quinto semestres do curso que tiveram um prazo de uma semana para incluírem as respostas. Responderam ao questionário quarenta e dois estudantes. Finalizado o período de coleta de dados, foi realizada uma análise qualitativa dos dados que será apresentada a seguir.

Conforme o gráfico abaixo, no que se refere à faixa etária dos estudantes, percebe-se que há uma diversidade de idades, sendo a predominância entre 18 e 23 anos.

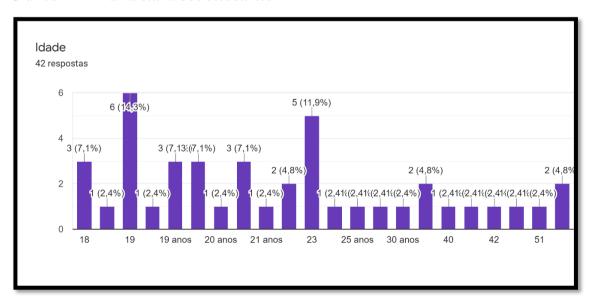


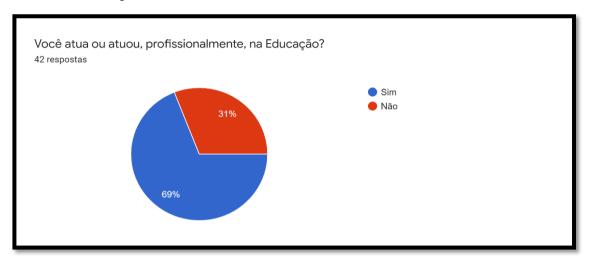
Gráfico nº 1 - Faixa etária dos estudantes

Fonte: elaborado pelas autoras.



Em relação à experiência profissional, a maioria atua ou atuou na educação, conforme gráfico abaixo:

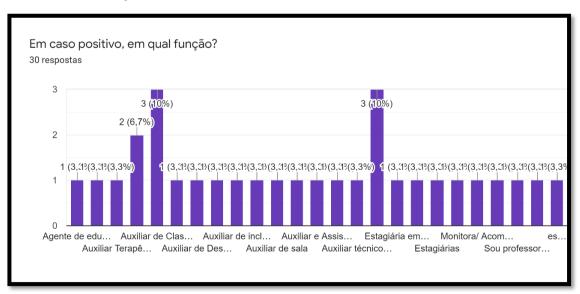
Gráfico nº 2 – Experiência Profissional



Fonte: elaborado pelas autoras.

Em relação às funções exercidas na área educacional, o Gráfico nº 3 indica serem elas distribuídas entre as funções de auxiliar pedagógico, estagiário, auxiliar técnico administrativo e professor de inglês, entre outros:

Gráfico nº 3- Funções exercidas na área educacional



Fonte: elaborado pelas autoras.



Quanto aos horários dos encontros formativos, houve a predominância da indicação do período matutino e empate nos dois horários da tarde.

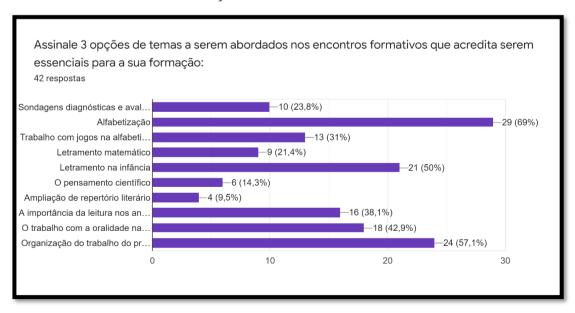
Gráfico nº 4 – Horário das formações



Fonte: elaborado pelas autoras.

Em relação aos temas a serem abordados nas formações, obtivemos os seguintes dados:

Gráfico nº 5 – Temas das formações



Fonte: elaborado pelas autoras.



Também foi solicitado que realizassem comentários a respeito da proposta da ação formativa relacionada à prática docente da infância com os estudantes de pedagogia do CUFSA em 2021. As respostas apontaram que a proposta foi bem acolhida pelos estudantes que, em sua ampla maioria, se dispuseram a participar e indicaram as suas preferências de horário e temas pedagógicos a serem trabalhados.

A partir do levantamento e interpretação dos dados utilizados na sondagem, a equipe organizadora buscou professoras as quais fossem referências na rede pública na cidade de Santo André e que se disponibilizassem a participar das formações compartilhando os seus saberes e práticas docentes com os estudantes. Os convites foram feitos pela equipe organizadora via WhatsApp e foram prontamente atendidos por seis professoras desta rede municipal de ensino. Além de integrarem a mesma rede de ensino, essas profissionais foram formadoras/orientadoras de estudo das ações do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), nos anos de 2013 a 2016. Sendo assim, as convidadas são professoras com experiência na educação infantil, nas séries iniciais do ensino fundamental, na formação de professores e especialistas em alfabetização. A partir do aceite do convite, foram organizados encontros de planejamento das formações com a participação das professoras do CUFSA e das professoras convidadas. Para tanto, os apontamentos feitos no formulário de sondagem quanto ao conteúdo e horário foram considerados para o planejamento dos encontros propostos. Eles ocorreram aos sábados, fora do horário de aulas dos estudantes, na plataforma Google Meet. Por meio de relatos de experiências das professoras da rede pública de ensino convidadas, os encontros foram estruturados e fundamentados nas teorias das ciências humanas e no referencial teórico póscrítico. Foi estabelecido que os encontros seriam gravados para serem compartilhados com aqueles que não pudessem participar naquele momento, junto com as apresentações utilizadas. Como estrutura adotada, se estabeleceu que cada encontro teria três momentos, o primeiro com aproximadamente quinze minutos, para uma conversa com a equipe organizadora que trabalharia com os apontamentos feitos pelos estudantes nas avaliações dos encontros; no segundo momento as professoras convidadas dialogariam aproximadamente por duas horas e, no final, seria aplicada uma avaliação via formulário do Google Forms, com espaço para sugestões a serem consideradas nos próximos encontros.

O primeiro encontro ocorreu no dia 08/05/2021, no horário das 10h às 12h30min, com o tema "Processo Pedagógico: uma tecitura de relações e sentidos", ministrado pela Profa. Andreia Menarbini.



Segue arte da divulgação:

Formações relacionadas à prática docente com estudantes de pedagogia

- Encontro do dia 08/05/2021 (sábado)
- Horário das 10h às 12h
- Responsável: Profa. Dra. Andreia Menarbini
- Apresentação da proposta das formações
- O processo pedagógico nas séries iniciais do EF: uma tecitura de relações e sentidos

(aspectos que permeiam o processo pedagógico: conhecimentos, marco legal, cultura local, papel do professor, prática docente, eixos do ensino da Língua Portuguesa e da Matemática, oficina com texto de memória, reflexões a partir de fotos, dinâmica de encerramento).

 Materiais necessários: uma folha impressa da parlenda, tesoura, cola, lápis de cor, giz de cera e 2 folhas de sulfite.

Fonte: Acervo das autoras

As participantes desse encontro o avaliaram positivamente e revelaram que a formação foi significativa para elas, pois foram trabalhadas questões práticas e teóricas do processo pedagógico de forma participativa e reflexiva.

A partir das avaliações realizadas, a equipe organizadora e professoras convidadas se reuniram para a organização do encontro seguinte, considerando as sugestões possíveis de serem atendidas na proposta. Quanto às indicações feitas e não possíveis de atendimento naquele momento, foram trabalhadas na primeira parte do encontro pela equipe organizadora quando das devolutivas da avaliação.

O segundo encontro ocorreu no dia 15/05/21, no horário das 13h às 15h30min, com a devolutiva das avaliações na primeira parte, acolhimento e trabalho com o tema "Teoria e Prática no ciclo de alfabetização", ministrado pela Profa. Cleide Gonçalves Silva e pela Profa. Esp. Eliane Cardoso Silveira. A divulgação utilizada foi:



Fonte: Acervo das autoras



O encontro foi avaliado positivamente pelos participantes. Seguindo a dinâmica adotada entre os integrantes, as avaliações apresentadas foram analisadas no planejamento do encontro posterior e retomadas por meio do diálogo, no momento inicial do encontro seguinte.

Dessa forma, o terceiro encontro ocorreu no dia 22/05/2021, no horário das 10h às 12h15min, com o tema "Sequência didática como estratégia de ensino e aprendizagem: princípios e possibilidades", ministrado pela Profa. Esp. Priscila Soares Castro e pela Profa. Ma. Fernanda Pinheiro Lopes Camacho. Segue a arte da divulgação:

ENTRO UNIVERSITÁRIO Fundação Santo André

Formações relacionadas à prática docente com estudantes de pedagogia

Encontro do dia 22/05/2021 (sábado)

• Horário – das 10h às 12h15min

Boas-vindas

Acolhimento, retorno das avaliações, combinados e apresentação das professoras convidadas

Responsável: Profa. Dra. Andreia Menarbini

Palestr:

Sequência didática como estratégia de ensino e aprendizagem: princípios e possibilidades Responsáveis: Profa. Ma. Fernanda Pinheiro Lopes Camacho e Profa. Priscila Soares Castro (A importância do planejamento por meio de Modalidades organizativas. Sequência didática- Prática 1- produção de conto moderno no 1° ano. Prática 2 - O resgate de contos clássicos no 4° ano. Retomada dos princípios da Sequência didática e transposições possíveis.

- Materiais necessários: caderno de anotações
- Google Meet permanente: https://meet.google.com/wuo-ubcn-jod

Fonte: Acervo das autoras

Novamente realizou-se a avaliação que serviu de parâmetro para o planejamento do encontro posterior, levando em conta os apontamentos feitos e o tema predeterminado no arrolamento realizado com as estudantes.

No dia 29/05/2021, no horário das 14h às 16h30min, ocorreu o quarto encontro intitulado 'Letramento na infância: fundamentos e ações", ministrado pela Profa. Esp. Eliane Cardoso Silveira e pela Profa. Esp. Rosangela Fernandez Duarte Artioli, conforme imagem a seguir:





(Materiais necessários: giz de cera e 1 folha de papel

Google Meet permanente: https://meet.google.com/wuo-ubcn-jod

Fonte: Acervo das autoras

Mais uma vez foi considerada a avaliação dos participantes e as devidas devolutivas foram compartilhadas na primeira parte da formação.

O quinto e último encontro do semestre foi realizado no dia 05/06/2021, no horário das 10h às 12h30 min, com a temática "O trabalho com a oralidade na Educação Infantil e no Ensino Fundamental", ministrado pela Profa. Cleide Gonçalves Silva e Profa. Esp. Sandra Germani, conforme a divulgação:



Fonte: Acervo das autoras

Ao final do ciclo de palestras/formações teórico e práticas decidimos avaliar a proposta quanto à organização e conteúdos abordados, por meio de um instrumento mais abrangente, sendo um específico do encontro e outro considerando todos os encontros



realizados. Ambos demonstraram que a experiência foi positiva para todos os participantes e apontaram temas para futuras formações.

Finalizadas as avaliações, foram realizados os procedimentos de certificação de participação de estudantes, palestrantes e organizadoras.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O processo avaliativo participativo revelou que o objetivo da proposta de formação foi atingido. Além disso, podemos inferir que o modelo adotado de organização considerando a participação ativa e as opiniões dos participantes corroboram para um melhor aproveitamento e interatividade com os conteúdos propostos, proporcionando a construção de conhecimentos no coletivo fundamentados na ciência diante das imposições do período pandêmico. Segundo Imbernón (2011, p. 58) "uma formação deve propor um processo que confira ao docente conhecimentos, habilidades e atitudes para criar profissionais reflexivos ou investigadores". Frente às manifestações positivas de todos os participantes (estudantes, palestrantes e organizadores) concluímos que as formações contribuíram significativamente com os estudantes, apresentando-se como uma experiência com potencial de continuidade ou, ainda, que possa servir como referência para novas ações formativas para a formação inicial docente da infância dos estudantes de Pedagogia do CUFSA.

REFERÊNCIAS

FREIRE, Paulo. A Educação na Cidade. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1991.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional**: formar-se para a mudança e a incerteza. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.



FORMAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPOS DE PANDEMIA: UMA AÇÃO NECESSÁRIA DE ACOLHIMENTO E ESCUTA

pandemia

Fernanda Cristina Mota Vellado Passos nandapassos.ed@gmail.com

Leila Cilene
leylika1974@gmail.com
Prefeitura Municipal de Diadema

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil; Formação docente; Gestão Escolar; Pandemia da Covid-19; Prática Educativa.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa expor e destacar ações formativas realizadas em duas escolas públicas com professores da Educação Infantil da rede de ensino da cidade de Diadema-SP, no período de março de 2020 até meados de julho de 2021. O trabalho realizou-se no contexto de pandemia da Covid-19, que impôs mudanças radicais nos espaços escolares e na dinâmica educacional e durante o qual foi necessário que professores, gestores e comunidades buscassem meios para a construção de práticas educativas como uma forma de garantia dos direitos das crianças à educação infantil, considerando o contexto social vivido.

Os momentos formativos proporcionados pela escola foram o modo encontrado para a reinvenção do processo pedagógico por meio do olhar sensível que levasse em consideração o momento vivido, no qual as necessidades emergentes foram a do diálogo e a da escuta, a favor da criação de vínculos e do estabelecimento de um processo de construção coletivo de formação e autoformação do professor.

Pensar a escola, naquele momento, era pensar no ser humano, nas suas necessidades, nas suas emoções, em tudo que o rodeava, que nas mais variadas situações se transformavam em inquietudes, incertezas, dores, lutos, lutas, ou ainda, em conquistas e mudanças.

O que nos moveu enquanto profissionais da gestão escolar, responsáveis pela articulação da formação continuada dos professores nas duas escolas, foi o ideal de que era preciso caminhar lado a lado com os professores, tecer ideias, rever concepções e práticas,



pensar em estratégias que promovessem a amorosidade, o sentimento de equipe, considerando as necessidades das famílias e das crianças.

Os momentos formativos foram pensados e elaborados a partir da escuta e observação dos professores e de seus registros, e a partir deles foram realizadas devolutivas orais e escritas como forma de diálogo com o grupo, o que evidenciou toda essência da equipe, demonstrando não só êxitos e conquistas, mas também angústias, fragilidades e até mesmo tristezas existentes. Freire (1993, p. 63) diz: "E a minha entrega à alegria de viver, sem que esconda a existência de razões para tristeza".

Todo esse processo nos fez perceber o quão preciosos e necessários são os momentos de escuta do professor pelos gestores escolares. Nesta lógica, não se trata de qualquer escuta, mas sim de uma escuta sensível que ouve, acolhe, dialoga e proporciona condições para que o docente se sinta à vontade para compartilhar, refletir e estudar a sua prática educativa com os outros integrantes do processo educativo.

Nessa experiência, devido ao contexto social, era preciso repensar a prática educativa da escola, não só como garantia dos direitos das crianças naquele momento, mas também se firmando em bases sólidas para que não houvesse retrocessos. Desta forma, era preciso tecer e projetar ações, reflexões e formações ao professor a partir dos seus observáveis. Segundo Proença (2018, p. 23),

Para provocar mudanças, a formação do docente deve basear-se em um processo criativo, flexível, gradativo e singular que dê voz a seus atores e, em especial, desenvolva o sentimento de pertencimento e cultura de grupo, pois só há validade de saberes e fazeres a partir de similaridades e confrontos com as ideias alheias, que criem um "código" de referência aos que fazem parte do grupo.

Sendo assim, estabelecemos objetivos que contemplassem as necessidades da equipe escolar e que serão apresentados na sequência.

OBJETIVOS

Nosso objetivo geral foi acompanhar a prática educativa do professor com o olhar atento para as suas necessidades formativas num momento de grandes mudanças sociais provocadas pela pandemia do coronavírus.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS



Escutar e acolher o professor com vistas à construção de práticas educativas que garantisse os direitos de aprendizagem considerando suas fragilidades, sentimentos e dificuldades no momento de distanciamento do espaço escolar.

Estabelecer parceria com o professor neste processo de ressignificação de práticas que pudessem reverberar nas crianças e famílias um olhar sensível frente ao contexto social que vivenciamos.

Organizar a formação continuada do professor considerando a realidade pandêmica e as diferentes necessidades apresentadas.

Observar o processo pedagógico e organizar ações a partir dos dados coletados.

MÉTODO

O método utilizado foi a pesquisa ação, tendo em vista que à medida que foram realizados os processos formativos com os professores, devolutivas e acompanhamento da prática, foi possível ao coordenador também avaliar sua prática, rever conceitos e repensar toda trajetória de trabalho em parceria com todos os envolvidos (professores, gestores, comunidade escolar e crianças).

REFERENCIAL TEÓRICO

A (re)construção da prática é um processo que se desenvolve internamente, mas só ganha força e consegue de fato emergir se for um movimento de grupo. A constituição coletiva é essencial para o processo formativo.

Imbernón (2010) aponta motivos da pouca transformação da prática a partir da formação:

[...] há muita formação e pouca mudança. Talvez seja porque ainda predominam políticas e formadores que praticam com afinco e entusiasmo uma formação transmissora e uniforme, com predomínio de uma teoria descontextualizada, válida para todos sem diferenciação, distante dos problemas práticos e reais e fundamentada em um educador ideal que não existe. (IMBERNÓN, 2010, p. 39)

Nos nossos momentos coletivos, tentamos quebrar essa lógica da realização da formação desconectada dos sujeitos envolvidos, era preciso considerar os saberes das crianças no fazer docente. Como formadores, priorizamos o reconhecimento, resgate e reflexão sobre os saberes e a história dos professores.



Sobre o resgate da história para entender o porquê fazemos e o que fazemos, Dowbor (2020) diz que:

As práticas pedagógicas vividas e construídas no espaço escolar não caem do céu nem existem de forma abstrata, como se estivessem soltas a pairar no ar. Portanto, somos nós, educadores, mediados pelas inter-relações e interações construídas no cotidiano escolar, que fazemos com que a escola seja o que está sendo hoje. (DOWBOR, 2020, p. 125)

Sem considerar todo o percurso vivenciado pelo docente, dificilmente ocorre uma mobilização para que, de fato, haja transformação e desconstrução no processo formativo.

Essa postura acolhedora, a escuta e o desejo pela contribuição do outro foram incorporados na relação que os professores estabeleceram com as famílias, pois, durante todo o período de ensino remoto, a família foi o grande elo que garantiu o vínculo entre a escola e as crianças.

Foi preciso repensar os momentos formativos com os professores, olhar para as demandas necessárias no momento social em que vivíamos (pandemia do COVID-19), retomar a necessidade do trabalho em equipe, rever e retomar concepções que pareciam não fazer mais sentido nesse contexto. Houve grande necessidade de ressignificar a prática, olhar para o contexto social, apoiar nas nossas potencialidades, buscar apoios e reflexões para as fragilidades, ter como base a criança e suas reais necessidades e, nesse contexto, construir propostas que pudessem, mesmo em meio a tantas incertezas, garantir os direitos de aprendizagem de nossos meninos e meninas.

É de nossa compreensão que o processo formativo proposto, é um processo complexo e exige tempo para que possa ser concretizado. No entanto, acreditamos que ele tenha sido um norteador para a formação continuada destes professores, por ter vindo propor a estes profissionais a mudança de paradigmas, de concepções e, principalmente, da cultura profissional enquanto educador da educação infantil. Imbernón (2016) considera que:

A mudança no professorado não é uma mudança simples...pois se trata de uma mudança de cultura profissional que comporta um processo complexo. Para mudar uma cultura tão arraigada na profissionalização docente aprendemos que requer tempo (o curto prazo não é válido) e uma base sólida (a total incerteza é má conselheira); que esse processo tem altos e baixos (não linear e uniforme) e deve se adaptar à realidade do professorado (contextos, etapas, níveis, disciplinas etc.). (IMBERNÓN, 2016, p. 144).

Acreditamos que nesse processo de escuta dos professores, de diálogo, construímos pontes para uma prática mais sensível, que valoriza e considera a escuta. Nesse caminho, todos nós, à medida que ampliamos diálogos, escutas e trocas, nos constituímos enquanto constantes aprendizes. Diante disso, Freire (1987) ressalta:



O educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os 'argumentos de autoridade' já não valem. Em lugar de serem recipientes dóceis dos depósitos, são agora investigadores críticos, em diálogo com o educador, investigador crítico também (FREIRE, 1987 p. 96 e 97).

Na busca interminável de melhorar a qualidade da educação, fomos reaprendendo a ser gestoras em um período marcado pela incerteza mundial da garantia do direito à vida. Nesse movimento de reaprender a viver e a trabalhar na educação, optamos pelo compromisso profissional desvelado na amorosidade das ações organizadas e dedicadas aos parceiros de profissão, crianças e comunidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que nesse processo de escuta dos professores e de diálogo, construímos pontes para uma prática mais sensível, que valoriza e considera a escuta atenta, pois, nesse caminho, todos nós, à medida que ampliamos os espaços de diálogos, escutas e trocas, nos constituímos enquanto constantes aprendizes, acreditando na necessidade do acolhimento, do respeito ao outro e, principalmente, numa prática educativa intencional que valoriza e considera o contexto social e as reais necessidades dos educandos e que, desse modo, transforma-se em uma prática impregnada de sentido.

A formação continuada dos professores de maneira contextualizada e significativa tem sido um grande desafio para todos nós enquanto formadores. Em um contexto histórico em que a escola enfrenta desafios como o ensino remoto na Educação Infantil, nosso papel enquanto formadores foi propiciar primeiro ao grupo de professores espaços de escuta, diálogos, de acolhimento e acompanhamento para que, vivendo esse processo, eles pudessem refletir sobre sua prática e, posteriormente, compartilhar desse mesmo processo com as famílias e crianças que acompanhavam, por intermédio dos diferentes meios virtuais ou mesmo presenciais, quando possível.

Foi preciso nos momentos formativos considerar o humano, pensar no professor mais do que nunca como ser integral que estava vivendo em meio um período de pandemia da COVID-19, que foi arrancado do espaço escolar. Para isso, foi necessário formá-lo não apenas para as questões pedagógicas, mas ouvi-lo e apoiá-lo em questões referentes a tudo que permeava o momento: o uso das diversas tecnologias, as questões emocionais, psicológicas, de relações humanas, afetivas, retomar concepções de criança, infância, educação infantil entre outras questões que se fizeram necessárias nesse período de pandemia.



Não estávamos preparadas para esse desafio. Foi preciso buscar novas e diferentes parcerias, ora no próprio grupo, ora externas, buscar o fortalecimento do trabalho em equipe e, para isso, algumas ferramentas digitais foram bastante úteis. Porém, foi preciso aliá-las às que já utilizamos para dar mais segurança ao trabalho do professor e mais fortalecimento ao grupo.

Nossos momentos de escutas foram pautados não só em momentos de conversas síncronas por intermédio de videochamadas coletivas e individuais, mais também por intermédio de momentos assíncronos nos quais utilizamos das devolutivas escritas das propostas realizadas pelo grupo, bem como de ações individualizadas de professores. Todos esses recursos nos possibilitaram ter um acompanhamento muito mais próximo e efetivo com o grupo, nos dando bases para a construção de nossos momentos formativos que acabaram ocorrendo em todos os momentos, não só nos de HTPC (hora de trabalho pedagógico coletivo).

Com as famílias foi possível visualizar esse mesmo movimento que fazíamos com os professores sendo realizado por eles. Não bastava enviar uma proposta para que a fizessem com as crianças, era preciso estabelecer diálogos, era preciso construir pontes, parcerias com as famílias. Os professores utilizaram videochamadas coletivas, em pequenos grupos e individuais com famílias e crianças; enviaram vídeos e áudios de acordo com a necessidade e demanda de cada grupo; orientaram, formando com estas famílias a concepção de infância em que acreditamos, para que assim pudessem realizar as propostas de maneira consciente e engajada.

Muitas certezas foram desconstruídas, tais como que as de que as crianças aprendem alguns conceitos somente no espaço escolar. Foi possível, em casa, as crianças explorarem diferentes materiais, ouvir histórias dos avós, dos pais, ações já esquecidas por muitas famílias, criar receitas e conhecer novas brincadeiras.

Nesse novo cenário, as famílias trouxeram retornos e devolutivas do que as professoras propunham com novas e diversas possibilidades, muitas criações e invenções a partir do que tinham em casa e do que conceito que tinham sobre o que foi proposto. Isso trouxe aos grupos novos saberes e novas possibilidades.

Enquanto a escola precisou ressignificar o conceito de que a presença da família já era suficiente como garantia de parceria, não bastava estar junto, fazer-se presente, com o cenário da pandemia percebeu-se que era preciso participar, compreender e apoiar as ações da escola. Muitas famílias que não se faziam presentes por conta do trabalho foram alcançadas, pois também estavam em casa ou conseguiam acompanhar as propostas em casa ao final do dia ou mesmo nos finais de semana. Elas mantiveram contato com os professores, estabeleceram diálogos, criaram pontes que nunca antes haviam sido possíveis.

Nossos momentos formativos foram essenciais para ressignificar o presente e repensar concepções referentes à Educação Infantil em como podem ser os desdobramentos para que



realmente a infância possa ser considerada nas nossas escolas de forma colaborativa e significativa na construção do nosso plano de trabalho coletivo e participativo.

REFERÊNCIAS

DOWBOR, Fátima Freire. Quem educa marca o corpo do outro. Editora Cortez. 2020.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Professora SIM, tia NÃO:** cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Editora Olho d 'Água, 1993.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação continuada de professores.** Porto Alegre: Artmed, 2010.

IMBERNÓN, Francisco. **Qualidade do ensino e formação do professorado:** uma mudança necessária/Francisco Imbernón; [tradução Silvana Cobucci Leite]. - São Paulo/: Cortez, 2016.

PROENÇA, Maria Alice. **Prática docente:** a abordagem de Reggio Emilia e o trabalho com portfólios e redes formativas. 1. ed. São Paulo: Panda Educação, 2018.



PROJETO ESPECIAL DE AÇÃO: CONTRIBUIÇÕES DAS PESQUISAS DO MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO - FORMAÇÃO DE FORMADORES

Elizete Gomes - PUC-SP elizete.gomes@gmail.com

Profa. Dra. Laurizete Ferragut Passos (orientadora)- PUC-SP laurizetefer@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Projeto Especial de Ação. Formação Contínua. Coordenação Pedagógica. Mestrado Profissional em Educação.

O Projeto Especial de Ação (PEA) é considerado o principal momento formativo contínuo dos professores nas unidades educacionais da Prefeitura Municipal de São Paulo. Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar as contribuições das pesquisas realizadas no Mestrado Profissional em Educação: Formação de Formadores (Formep), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), entre os anos de 2015 e 2020, relacionadas ao Projeto Especial de Ação (PEA), da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, para a formação contínua dos professores. A partir do objetivo geral, desdobraram-se os seguintes objetivos específicos: 1- Analisar as pesquisas desenvolvidas no Formep que abordaram a temática do PEA; 2 - Identificar as contribuições da pesquisa para a prática do formador no PEA, na visão das pesquisadoras estudadas e 3 - Cotejar a presença de mudanças na organização e na formação realizada no PEA, incluindo o período da crise sanitária causada pela pandemia de Covid-19, na visão das pesquisadoras estudadas. Assumimos a abordagem qualitativa e os sujeitos da pesquisa foram duas egressas do Formep, profissionais da Rede Municipal de São Paulo. Realizou-se a coleta de dados por meio de levantamento e mapeamento das pesquisas do Formep e entrevistas narrativas. Para a análise, utilizaram-se análise documental e análise de prosa. A fundamentação teórica deste trabalho está baseada nos estudos correlatos (dissertações produzidas no Formep), como em Almeida (2012; 2013; 2017), Borges (1999), Domingues (2009), Placco e Almeida (2009), Placco (2008), Placco e Souza (2006) e Souza (2012), Josso (2004), Larrosa (2002) e Passegi (2011; 2020). Também foram analisados documentos e legislações específicos da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo.

Dentre os resultados, destacaram-se, as ressignificações do olhar e do momento formativo do PEA e a relação dos saberes constituídos na pesquisa com a atuação no projeto.



As egressas do Formep redimensionaram suas atuações pedagógicas em relação ao momento formativo do PEA, com destaque para a valorização das histórias de vida dos participantes, o olhar para a conquista desse momento formativo como resultado da luta de classe do magistério, a formação de maneira humanizada, colaborativa e promotora de pertencimento e a valorização da constituição de grupo, com a participação do diretor e do assistente de direção no projeto formativo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. R. Contribuições de Henri Wallon para o trabalho do coordenador pedagógico. In: ALMEIDA, L. R.; PLACCO, V. M. N. S. (Orgs.). O coordenador pedagógico: provocações e possibilidades de atuação. São Paulo: Edições Loyola, 2012, p. 81-102.
Formação centrada na escola: das intervenções às ações. In: ALMEIDA, L. R.; PLACCO, V. M. N. S. (Orgs.). O coordenador pedagógico e a formação centrada na escola. São Paulo: Edições Loyola, 2013, p. 9-24.
O coordenador pedagógico e as relações interpessoais no ambiente escolar: entre acertos e desacertos. In: ALMEIDA, L. R.; PLACCO, V. M. N. S. (Orgs.). O coordenador pedagógico e a legitimidade de sua atuação . São Paulo: Edições Loyola, 2017, p. 29-48.
; PLACCO, V. M. N. S. O papel do coordenador pedagógico. Revista Educação . São Paulo, v. 12, n. 142, p. 7-11, fev. 2009.
BORGES, N. M. A coordenação pedagógica nas escolas municipais de ensino fundamental de São Paulo . 1999. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação: História e Filosofia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.
DOMINGUES, I. O coordenador pedagógico e o desafio da formação contínua do docente na escola . 2009. 235 f. Tese (Doutorado em Educação: Didática, Teorias de Ensino e Práticas Escolares) — Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
JOSSO, M. C. Experiências de vida e formação . Trad. José Claudino e Júlia Ferreira. São Paulo: Cortez, 2004.
LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Revista Brasileira de Educação , n. 19, p. 20-28, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n19/n19a02.pdf >. Acesso em: 17 mar. 2021.
PASSEGGI, M. C. A experiência em formação. Revista Educação , Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 147-156, 2011.
Conversa em três pontos: 1) Formação de professores; 2) Quem é o professor como sujeito da formação e como sujeito em formação e 3) Noção de pesquisa ação, pesquisa



intervenção, pesquisa formação e pesquisa formação-ação. In: BRAGANÇA, I. F. S. et al. **Experiência vivida, experiência narrada**: potencialidades da pesquisa-formação. 1 Webinar

(2h29min21s). Faculdade de Educação — Unicamp, 2020. Disponível em: https://fe-old.fe.unicamp.br/ead/galerias/7711/8005. Acesso em: 10 mar. 2021.

PLACCO, V. M. N. S. O coordenador pedagógico no confronto com o cotidiano da escola. In: PLACCO, V. M. N. S; ALMEIDA, L. R. (Orgs.). **O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola**. São Paulo: Edições Loyola, 2008, p. 47-60.

_______; SOUZA, V. L. T. (Orgs.). **Aprendizagem do adulto professor**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

Grupos de Trabalho – Comunicação Oral Eixo temático 3:

Práticas Pedagógicas na Educação da Infância no contexto de pandemia



MEMÓRIAS DE LEITURA: RESSIGNIFICANDO O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DURANTE A PANDEMIA

Lorena Oliveira de Souza -USP lorena.souza@usp.br

PALAVRAS-CHAVE: Escrita, Multiletramentos, Texto, Ensino Fundamental, Pandemia

INTRODUÇÃO

No ano de 2020 fomos impactados, enquanto sujeitos e profissionais da educação, pela pandemia de COVID-19, que assolou o mundo, trazendo implicações diretas para os processos de ensino e aprendizagem que se dão nos espaços institucionais de educação. Assim, partindo dos estudos contemporâneos para o ensino de Língua Portuguesa, especialmente aqueles que buscam novas concepções e metodologias e à necessidade de que estas se articulem à multiplicidade de demandas que os estudantes trazem aos professores, consideradas suas especificidades em relação a sua origem geográfica, ao status socioeconômico e ao contexto de ocorrência de uma pandemia; este resumo diz respeito às práticas de leitura realizadas com um grupo de estudantes do 5° ano do ensino fundamental, durante o ano de 2020.

Estas práticas têm como contexto o projeto curricular para o ano de 2020 em uma escola pública do município de São Paulo, localizada na zona Oeste da cidade. Dadas as especificidades do projeto que se desenvolve nessa unidade educacional, acreditamos ser importante apresentá-lo de modo breve. Desde 2004, a EMEF Desembargador Amorim Lima vem desenvolvendo um Projeto Político Pedagógico Especial, implementado pela diretora Ana Elisa de Siqueira, por seu corpo docente e discente, sendo reconhecido como projeto especial pela Câmara Municipal da cidade de São Paulo e internacionalmente como a primeira escola pública brasileira a adotar uma concepção transformadora de educação, na qual o estudante é protagonista em um processo dialógico de construção de conhecimentos.

Tendo em vista as particularidades do contexto de pandemia no qual estamos inseridos desde o mês de março de 2020, foram realizadas as necessárias adaptações para que os encontros com os estudantes pudessem ocorrer em um ambiente virtual. Acreditamos que nossa experiência esteja em consonância com o tema desta edição do Webinário e Mostra de Pesquisas e Práticas da Educação da Infância - "A educação da infância em tempos de



pandemia", especialmente no que se refere ao papel que as práticas de mediação de leitura vêm desempenhando na construção de sentidos, por parte das crianças, na contemporaneidade.

OBJETIVOS

A proposta foi concebida tendo como eixo fundamental do trabalho o texto, buscando a articulação das modalidades de leitura, escrita, fala e escuta, por meio de uma proposta de trabalho autoral que se dá na prática, sustentada pela mediação de leitura. Nosso objetivo foi levar o estudante a ressignificar suas práticas de leitura e escrita na escola por meio da experiência de mediação de leitura do livro *Harry Potter e a Câmara Secreta*, de J. K. Rowling (Ed. Rocco), em relação à criatividade e à imaginação necessárias para sua compreensão e também em relação à estruturação da narrativa e aos aspectos específicos da gramática, conquistando progressivamente novas formas de autonomia discursiva.

METODOLOGIA

Considerando o contexto de pandemia, a proposta foi realizada por meio da plataforma Google Meet, com periodicidade semanal e duração de três horas por encontro. Durante o processo, os encontros foram orientados por meio de três atividades fundamentais: a primeira refere-se à leitura do livro, realizada pela educadora. Em um segundo momento, pontos específicos da leitura eram levantados pelos estudantes e problematizados pelo grupo, durante os quais eles compartilhavam suas perspectivas a respeito da leitura, trazendo elementos de suas próprias histórias, que eram ouvidos e ressignificados por eles e pelos demais colegas. A terceira atividade consistiu na proposição de que buscassem um tema para um desenho que pudesse articular as discussões realizadas à leitura do livro e às vivências pessoais de cada um. Após desenharem, os estudantes foram orientados a enviar seus trabalhos na plataforma online de Google Sala de Aula.

REFERENCIAL TEÓRICO

Este trabalho foi orientado teoricamente por uma perspectiva que atribui sentidos e significados aos processos de ensino-aprendizagem, indissociavelmente atrelados aos processos subjetivos de construção do conhecimento. Para Riolfi (2008, p. 98),



Expressar singularidade demanda a coragem de expor a própria diferença em se tratando de escrever um texto. Para nós, aceder à escrita singular demanda um processo de ratificação da posição subjetiva daquele que escreve.

Neste sentido, orientamos nossa prática de modo que tenha sido possível ao estudante estabelecer conexões entre aspectos específicos da língua portuguesa em articulação com suas vivências como sujeito histórico, em um contexto inédito e desafiador como o da pandemia.

A escolha por trabalhar com a leitura do livro *Harry Potter e a Câmara Secreta* levou em consideração as reflexões propostas por Rosa (2008), acerca da constituição subjetiva dos sujeitos na pós-modernidade. Segundo a autora,

Inúmeras são as maneiras encontradas, através do imaginário na cultura, para a elaboração das questões existenciais. [...] São muitas as formas, as possibilidades de o sujeito se haver com o seu desamparo, bem como com o seu desejo, mediante as identificações." (apud Lemos, 2005, p. 17).

A questão do desamparo e do medo frente a situações impostas pelo contexto de pandemia pode ser elaborada no processo de mediação de leitura, na medida em que os estudantes encontraram no bruxinho Harry um garoto com quem puderam se identificar. Harry, assim como eles, passou por uma série de dificuldades, tendo encontrado nos professores e nas amizades construídas no contexto escolar apoios que puderam sustentar sua passagem pela infância.

CONCLUSÃO

Ao longo do ano de 2020 foi possível perceber um aumento considerável do interesse dos estudantes em relação ao universo da leitura, bem como uma progressiva apropriação e desenvolvimentos significativos em torno de uma escrita autoral que pressupôs a ressignificação da língua em suas múltiplas possibilidades, tendo a linguagem do desenho como espaço de elaboração e ressignificação de suas vivências pessoais e escolares.

REFERÊNCIAS

RIOLFI, Claudia Rosa; MAGALHÃES, Mical de Melo Marcelino. Modalizações nas posições subjetivas durante o ato de escrever. (2008) **Estilos da Clínica**, 2008, Vol. XIII, no 98 24, 98-121.



ROSA, Daniela Botti da. Harry Potter e o sujeito da pós-modernidade. **Psicologia: Ciência e Profissão** [online]. 2008, v. 28, n. 3 [Acessado 23 Setembro 2021], pp. 0-493.Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932008000300004>. Epub 22 Jun 2012. ISSN 1982-3703. https://doi.org/10.1590/S1414-98932008000300004.

ROWLING, J. K. (2000). Harry Potter e a camara secreta. Rio de Janeiro: Rocco.



O PAPEL DOS CONTOS DE FADA NA LITERATURA INFANTIL EM TEMPOS DE PANDEMIA

Cilene Fátima da Silva Alves EMEI Professora Marisa Lopes Pinheiro cilene_silvaalves@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Nas sociedades modernas e urbanizadas como a nossa, as crianças já nascem em contato com suportes de leitura e, mesmo sem saber ler e escrever, elas reconhecem o significado da leitura e a escrita.

A leitura é ensinada aos longos dos anos e é uma atividade com muitos sentidos e sempre nos traz algo de prazeroso, ampliando, desta forma, um significado para nossa vida e mostrando que se trata de um ato social e cultural.

Nesse sentido, a literatura infantil ocupa um espaço importante na construção das identidades dos pequenos, pois oferece um material simbólico inicial para que possam ir descobrindo não apenas quem são, mas também, quem querem ser.

Bettelheim (2005, p. 20) afirma que:

"Enquanto diverte a criança, o conto esclarece sobre si mesmo", favorece o desenvolvimento de sua personalidade. Oferecem significados em tantos níveis diferentes e enriquecem a existência da criança de tantos modos que nenhum livro pode fazer justiça à multidão e diversidade de contribuições que esses contos dão à vida da criança.

O objetivo deste relato de prática é contribuir com o desenvolvimento da leitura no contexto escolar, considerando o papel dos contos de fada na construção da identidade das crianças e na sua formação leitora. O trabalho se dará com base em estudos anteriores de revisão bibliográfica a respeito do tema.

Assim, convém exaltar literatura infantil na prática escolar desde a educação infantil e sua contribuição para a formação do aluno leitor, bem como a relevância dos contos de fada nesse percurso, por sua familiaridade com o universo infantil e sua contribuição para a formação humana.



OBJETIVOS

Justifica-se a relevância do tema num contexto em que, devido aos apelos tecnológicos, a leitura fica prejudicada, pois a criança sente-se cada vez menos estimulada por livros. Este cenário impõe, portanto, à escola, a urgência de se pensarem práticas ligadas ao uso social da leitura e da escrita a fim de enriquecer e ampliar essa experiência com a literatura.

MÉTODO

- 1. Realizamos rodas de leitura com as crianças em diferentes espaços da EMEI;
- 2. Leitura e recontação de histórias, tendo a professora como escriba;
- 3. Realizamos pesquisa de acordo com os interesses das crianças;
- 4. A escolha do livro muitas vezes partiu do interesse das crianças. No momento de formação separamos alguns livros, quando então era realizada uma resenha destes livros e eles eram colocados na parede. Escolhemos sempre um dia da semana, no qual cada turma ia até o local para que as crianças tivessem a oportunidade de escolher a história que desejassem apreciar de acordo com a sua preferência. O acervo é da escola e sua diversidade busca ampliar o repertório das crianças; as leituras foram realizadas em diversos espaços da escola. No final de cada leitura as crianças puderam expor as suas experiências.
- 5. Oferta de diferentes gêneros textuais, possibilitando novas aprendizagens por parte das crianças;
- 6. Os acervos de leituras estão dispostos na sala em uma estante, à qual as crianças têm livre acesso para pegar os livros de acordo com seu interesse. Há contos, histórias infantis, lendas, fábulas, parlendas, dramas, livros científicos, étnicos e de fotografias.

REFERENCIAL TEÓRICO

O TEXTO LITERÁRIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O texto literário é, sem dúvida, juntamente com a prática de ler histórias, um suporte para a formação de alunos leitores com uma roupagem mais bonita que a linguagem do cotidiano.



Textos literários são diferentes de outros textos e evitam pedagogismos como "cartilhas "cujos textos se apresentam com linguagem excessivamente simples a pretexto de facilitar o contato do leitor com a escrita em detrimento ao papel libertador e formador da leitura reflexiva proporcionada pela literatura.

De certo que se trata, pois, de um documento histórico, cujas causas e consequências poderão interessar a um povo, quando transformado em um conto ou romance poderá ser lido por qualquer homem de qualquer parte do mundo. Essa magia das palavras e enredo traduzidos em literatura é uma forma de arte que eleva a humanidade e se traduz em produto cultural.

Daí a importância de trazer a literatura para a aula e cuidar para que não perca o sentido do prazer e da arte, visto que a literatura é também arte, à medida que se utiliza da palavra como meio de expressão para, de algum modo, dar sentido à nossa existência. Afirmam Craidy e Kaercher (2007, p. 87) que se nós, na nossa prática cotidiana, deixarmos um espaço para que esta forma de manifestação artística nos conquiste, seremos, com certeza, mais plenos de sentido, mais felizes e enriquecidos.

Sendo assim, se as crianças tiverem contato ainda precoce com a literatura, haverá o deslumbramento pelo imaginário e a compreensão de algo que existe no mundo e em si mesmas. Segundo Ribeiro (2015), é nesse mundo mágico onde não se aprende através do conhecimento teórico, mas, sim, através de um saber subjetivo que se aprende a lutar contra forças do mal e superar os medos, bem como perseverar pela recompensa.

Portanto, levantar a bandeira da literatura na Educação Infantil é reconhecer o papel da atuação da escola na formação de alunos leitores de primeiras letras abrindo as possibilidades de acesso ao conhecimento. Não apenas o científico produzido, mas também os valores sociais inseridos nos textos, bem como o modo de pensar, agir e criar e exercer atitudes ao longo da existência.

A literatura infantil deve ser encarada sempre de modo global e complexo em sua ambiguidade e sua pluralidade, pois é, sem dúvida, uma forma de recreação importante por manipular a linguagem verbal pelo papel que desempenha no crescimento psicológico e espiritual, pela riqueza de motivações, de sugestões e de recursos que oferece. Facilita o acesso da criança ao mundo da fantasia, da imaginação, da criatividade e estimula o contato dele com a leitura e a escrita. A criatividade é a chave para a criação do novo, bem como para a construção de uma identidade pessoal. Isso ocorre porque fertiliza a imaginação das crianças (BIASI, 2012, p. 41).

A convivência com a leitura, sobretudo do texto literário, quando ainda bem pequenos, é um dos princípios básicos quando desejamos formar crianças leitoras e mais seguras de si. A



riqueza dessas experiências e o pluralismo de textos permitem explorar bem esse universo, sendo uma excelente oportunidade de aprendizado para a vida.

Assim, quando o professor opta por textos literários, ele favorece o encontro dos sentidos para a leitura, que não está necessariamente ligada à mensagem do autor, mas ao modo como ensinam e favorecem a construção de um percurso de identificação com a obra, pois a interpretação é do receptor, fortalecendo o conjunto da obra.

Destarte, a mediação que se espera do professor no processo de formação de leitores exige que ele esteja sempre atualizado e seja conhecedor do material produzido, sendo também um bom leitor, pois assim será capaz de fazer boas escolhas para seus alunos.

A atuação da escola na formação de alunos leitores de primeiras letras pode resultar em acréscimo significativo de valores humanos, sociais, econômicos, científicos, filosóficos, sociológicos, artísticos e tantos outros. A iniciação nas habilidades de leitura abre-lhe portas ao conhecimento. A competência leitora, adquirida nas trocas que enquanto leitor, ela realiza, aperfeiçoa-se ao longo da vida e pode mantê-la conectada a toda produção do pensar, agir e criar, realizada pela humanidade e registrada em formato de textos escritos. A força dessa consciência e atitudes é eficaz ao longo da vida. (COSTA, 2009, p. 23)

Portanto, o texto literário é a melhor escolha, mas não a única forma de fomentar o gosto pela leitura. Temos textos informativos, científicos, instrucionais, que podem ser trabalhados com crianças que para este fim, quando se pretende iniciar a criança nesse mundo encantado, pois além de inserir os pequenos no mundo da leitura e da escrita, são textos que, por sua riqueza, oferecem subsídios para a apropriação de conceitos e valores objetivos ou subjetivos, permitindo a troca com o interlocutor e alimentando o senso crítico.

RESULTADOS OBTIDOS

PLANEJAMENTO E A ORGANIZAÇÃO

Para a realização desta prática com a leitura, apresento o livro, a capa, o nome do autor e sigo o que estava escrito no livro de forma original e com encantamento, para a criança entrar no mundo da imaginação, ampliando, desta forma, o prazer de ler e manusear um livro.

E quando realizo a contação de história, vou recriando a história e interagindo com as crianças de forma improvisada, a voz vai mudando de entonação, procurando, desta forma, aguçar a criatividade das crianças.

E para leitura e contação foi necessário realizar um estudo sobre a importância destes momentos para o desenvolvimento da criança, a seleção dos livros para serem contados para a



criança e verificar qual o interesse da criança de acordo com a faixa etária. Foi importante traçar uma metodologia e realizar um planejamento a cada contação.

E com esta proposta de atividade não podemos deixar de ressaltar as aprendizagens e descobertas que ocorrem na criança de forma prazerosa, ao favorecer o desenvolvimento do raciocínio lógico, a socialização, sensibilidade, criatividade e interesse pela leitura.

O PROCESSO DE CONTAÇÃO

Nossa atividade ocorreu no refeitório da escola, onde há um palco, com todas as turmas sentadas e respeitando os protocolos da pandemia. Nesse momento, procuramos escolher os livros que continham histórias e enredos que caminhavam em direção aos sentimentos do medo, da tristeza, da cooperação, para que a criança se sentisse segura depois de ter estado tanto tempo fora da escola.

Ao chegar no refeitório, eu me apresentava e esclarecia o motivo de estarmos ali, informando a história, mostrando o livro, a capa e sempre cantava uma música com um pandeiro para que pudesse iniciar a contação para as crianças. Nesse momento, notava certo encantamento sobre a atividade, uma agitação; em seguida, um silêncio para que pudessem prestar atenção na história contada.

Com todo este trabalho e organização, a teoria fazia sentido nesta prática, verificando todo o entusiasmo que as crianças transmitiam naquele momento, que parecia mesmo mágico.

REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO

Esta experiência vivenciada pelas crianças proporcionou muito prazer e foi encantadora para todos da escola. Ela nos permitiu refletir o quanto é importante esta atuação através da formação que estamos constantemente nos reciclando, pois faz muita diferença na vida das crianças.

Verificamos o quanto é importante e necessário ter uma base teórica para que o trabalho se realize de forma a chegar no produto final com os objetivos alcançados e com a finalidade de observarmos qual o caminho que ainda temos que melhorar.

Este processo de elaboração da atividade, execução e avaliação foi necessário para revisarmos a importância da teoria e a prática, para que reconhecêssemos a nossa articulação neste processo.



E o planejar e replanejar sempre se fez necessário, para que o processo saísse com qualidade de forma que as crianças fossem autônomas, no momento das escolhas e das participações durante as atividades de forma significativa e prazerosa.

E com toda esta experiência vivenciada através da contação de história, notamos o quanto desperta nas crianças a criatividade, a imaginação e amplia o gosto pela leitura.

Desta forma, tenho certeza de que a leitura deve ser apresentada através das brincadeiras, proporcionando prazer e despertando os sentimentos, pois refere-se a um momento mágico no qual a prática se tornará um hábito pela leitura com leveza, sem ser obrigatório e com valor didático.

E, com a pandemia, observamos o quanto entrarmos no mundo da imaginação através dos contos de fadas foi importante para nos distanciarmos das notícias desagradáveis e da tela dos tablets, computadores e celulares, que acabam trazendo danos à saúde se utilizados excessivamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ler é fundamental para as aprendizagens e desenvolvimento das crianças sendo uma importante atividade cultural que precisa ser adquirida, e, portanto, sua prática criada e incentivada desde a mais tenra idade nas escolas por meio de rotinas, projetos e atividades permanentes.

O papel da literatura no currículo escolar se sobrepõe à prática de textos simples e curtos que facilitam de decodificação, mas esvaziados de sentido. Estes devem ser substituídos por textos literários. Literatura é a leitura que deve predominar nas escolas de educação infantil enriquecendo o repertório de conhecimentos das crianças, tornando-se objeto cultural de elevada importância.

Os contos de fada constituem textos de elevada significância para iniciar esse processo de aluno-leitor, pois são histórias com repertórios recheados de simbolismos que ajudam as crianças a desenvolver autoconhecimento e autoconfiança e a aprimorar seu conhecimento de valores, estimular sua imaginação e resolver conflitos, além de despertar o prazer de ler.

Reconhecer a importância da literatura bem como as estratégias de leitura na Educação Infantil é um importante passo, que se combinado a acervos de qualidade, projetos pedagógicos e políticas públicas de fomento à formação de leitores colaboram para a formação de uma geração de leitores críticos e reflexivos.



REFERÊNCIAS

BRANDAO, Ana Carolina Perrusi; ROSA, Ester Calland de Sousa; **Organização. Ler e escrever na educação infantil**: discutindo práticas pedagógicas. 2º ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

BETTELHEIM, Bruno. Psicanálise dos contos de fadas. Bertrand, 2007.

BIASI, Mari de. **Brincar e Aprender na educação infantil**: O lúdico como recurso educativo. Clube dos autores. Recurso eletrônico, 2012.

CRAIDY, Carmem; KAERCHER, Gládis Elise P da Silva. **Educação infantil**: Pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2007.

COSTA, Marta Morais Da. Literatura infantil. 2º ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2009.

RIBEIRO, Magda Carina Dias. **Os Contos de Fadas e a Dimensão dos Valores** – o bem e o mal e suas representações simbólicas. Tese de mestrado. 2015 disponível em PDF.

SÃO PAULO. **Projeto Entorno**: Em busca de novos leitores. 2011. Disponível em: http://www.fvc.org.br/pdf/projeto-entorno.pdf>Acesso em: 29 de set. 2021.

Grupos de Trabalho – Comunicação Oral Eixo temático 4: Gestão escolar no contexto de pandemia

A CONTRIBUIÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR PARA A BONITEZA DA ESCOLA NO CONTEXTO DE PANDEMIA

Priscila Damasceno Arce (PMSP/FEUSP) priscila.arce@sme.prefeitura.sp.gov.br

PALAVRAS-CHAVE: prédios escolares, pandemia, projeto político e pedagógico, compromisso ético e estético.

INTRODUÇÃO

A boniteza da escola é um conceito Freiriano que defende o cuidado com os equipamentos escolares e práticas desenvolvidas nos Projetos Políticos e Pedagógicos das escolas. Ao assumir a Secretaria Municipal de São Paulo o educador Paulo Freire (FREIRE, 1989) encontrou muitas escolas desorganizadas, sujas, vandalizadas e pontuava que a boniteza da escola, consequentemente geraria práticas mais bonitas também. Sua primeira medida à frente da Secretaria empreendeu uma retomada do cuidado com as escolas que já existiam, pois em 1990 faltavam escolas para acolher e universalizar a demanda escolar na Rede Municipal de Ensino (FREIRE, 1989;2001). Na concepção do educador a escola é o epicentro de relações entre as mais diversas gentes que aprendem mediatizadas pelo mundo (FREIRE, 2013).

A temática escolhida para compartilhar, mediante este relato de prática parte de nossa experiência de cerca de onze anos na gestão escolar do Ensino Fundamental e da Educação Infantil na Rede Municipal de São Paulo. Ao perpassar seja por escolas em regiões periféricas ou regiões centrais nos deparamos com o inverso defendido por Paulo Freire – a feiura dos prédios escolares e o desprezo por este cuidado defendido pelo educador.

Comecei a considerar a importância dos espaços na aprendizagem a partir da prática de professora de Educação Infantil. Resgato em minhas memórias profissionais que nos desafiávamos profundamente, pois para compreender os três primeiros anos de desenvolvimento das crianças, mudamos nosso modo de se relacionar com as diferentes linguagens, além disso aprendemos que o espaço também educava e o ser humano aprendia com todos os sentidos. Geralmente, os espaços contribuíam mais com o desenvolvimento dos bebês que tem sua iniciativa própria, do que com nossa mediação direta, ou seja, a inteligência dos bebês nos instigava a criação e a problematização de novos ambientes.



Desta experiência se constitui o início de percurso de uma gestora que ingressa no ensino fundamental na função de coordenadora pedagógica e problematiza o conviver e aprender de crianças e jovens que se davam com lousa, giz, carteiras enfileiradas, orquestrados ao som de uma sinaleira que aprontavam os corpos para troca de aulas – presenciei escolas completamente sufocadas nas amarras de currículos, especialmente aprisionados na tradição de que o coração da escola era a aula de 45 minutos cercada por quatro paredes, janelas gradeadas, com seus corredores, escadarias e banheiros cheio de cenas violentas.

OBJETIVO

Resgatar a boniteza da escola como princípio e pautá-lo como objeto de estudo para melhoria da qualidade da escola pública, bem como, sua democratização.

MÉTODO

Aliar referencial teórico na formação continuada da equipe escolar e nas reuniões do colegiado durante a construção do Plano Anual de Atividades da Associação (APM) na busca pela boniteza da escola em seus ambientes e práticas pedagógicas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os prédios escolares são construídos a partir das definições técnicas do FNDE (BRASIL, 2017) e trazem layouts pré-definidos de construção, alguns desatualizados diante das próprias normas estabelecidas. A construção de um prédio escolar não parte de um debate a partir das necessidades comunitárias e locais, das peculiaridades dos territórios, da proposta pedagógica. Os prédios são construídos a partir de especificações técnicas, homogêneas e aliadas a famosos jeitinhos e adaptações nem sempre bem-sucedidas praticadas pelas escolas.

Nas escolas italianas que formam a Reggio Emília os educadores contam com a colaboração de arquitetos que pensam juntos a construção e adequações dos prédios escolares destinados a primeira infância (VECCHI, 2017), os espaços e sua estética, são alicerces de toda a pedagogia desenvolvida por Malaguzzi e se dão de forma participativa.

Consideramos neste relato que a qualidade da educação pública também se expressa através da qualidade estética dos ambientes e contextos de aprendizagem especialmente aos dedicados a primeira infância - luminosidade, cores, sons, odores, entradas e saídas, espaços para brincar, espaços dedicados a arte, descanso, leituras, refeições, halls, calçada, corredores, a fachada do prédio, muros, todos aos ambientes educam e resultam em aprendizagens



importantes no desenvolvimento de todos os sentidos, seja de crianças, jovens e adultos (PALLASMAA, 2011).

Há uma diferença destaca Vecchi (2013), entre aqueles que projetam as escolas e aqueles que a habitam. Sendo necessário, buscar "novas harmonias entre o ambiente e uma cultura em constante mudança" para fomentar um plano de habitação (VECCHI, 2013, p. 136). Frequentemente, os espaços com o passar do tempo criam desconexões entre o espaço físico e as metodologias educacionais.

As escolas municipais de São Paulo recebem recursos federais, através do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e recursos municipais, através do Programa de Transferência de Recursos (PTRF), ambos foram destinados com o intuito de descentralizar a responsabilidade da esfera de governo e delegá-la as escolas, que devem de maneira coletiva, mediante seus órgãos colegiados definir seus rumos e aplicação.

O papel dos gestores escolares na mediação destas escolhas e reflexão sobre a aplicação e realização dos gastos é fundamental para a melhoria da qualidade da educação pública. Embora, os recursos sejam insuficientes, e muitas vezes, deleguem responsabilidades as escolas que deveriam ser supridas pelos órgãos centrais, ainda podem ser direcionadas para conectar os prédios escolares a melhores práticas pedagógicas. Ao mesmo tempo, o desafio de fazer junto aos diferentes segmentos escolares esta construção e não para eles como também nos legou Freire requer fundamentação teórica (FREIRE 2001).

Muitos diretores de escola encaram a gestão escolar como zeladoria predial, mas sua função na administração escolar deve ir muito além disso, e estabelecer pautas que lutem para que as próprias Secretarias de Educação e órgãos intermediários, como as Diretorias Regionais de Ensino estejam a serviço das mudanças necessárias e do Projeto Político e Pedagógico das escolas, e também, considerem a projeção dos ambientes escolares, cuidado e melhorias como objeto de estudo em seu território. Um instrumento aliado nesta construção na Rede Municipal de Ensino é a problematização e construção do Plano Anual de Atividades da Associação que visa garantir a efetivação das condições de trabalho na escola de forma coletiva e democrática (SÃO PAULO, 2016).

Vigiar e Punir clássico de Foucault (1987) apresenta o controle por trás da construção e o funcionamento das prisões, a cultura da disciplina suscitada em um ambiente que o objetivo primordial era a vigilância.

No contexto pandêmico repensar os espaços escolares para atender os protocolos sanitários tem sido uma premissa e o grande perigo seria cair em

uma organização higienista combinada ao controle dos corpos e ressuscitar uma cultura disciplinar, da vigilância e até mesmo punição. Contrariamente, a esta perspectiva durante a gripe escola, em 1918 ganhou força o movimento de

escolas livres que tinham a recomendação de atividades ao ar livre e prédios com amplas janelas.



RESULTADOS PARCIAIS

Revisão de espaços clássicos no espaço escolar, especialmente corredores, halls, espaço de refeição, de brincadeiras, banheiros, entre outros. Não perdendo de vista uma escola mais bonita, mais cuidada e democrática, apesar dos desafios impostos pelos protocolos sanitários durante a pandemia, orientações técnicas da Secretaria e recursos escassos.

CONCLUSÃO

Ao contrário do que poderia acontecer uma paralisação total do repensar os prédios e espaços escolares durante a pandemia, aproveitar o ensejo para discutir o número de crianças por sala, luminosidade dos espaços, ventilação, padrões arquitetônicos e normas técnicas, por outro lado, não cair na armadilha de prédios disciplinadores e higienistas.

REFERÊNCIAS

BRASIL/FNDE. Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais. **Elaboração de projetos de edificações escolares:** educação infantil / Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais. — Brasília: FNDE, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: Nascimento da Prisão. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987.

FREIRE, PAULO. **Pedagogia do Oprimido**. Ed. Paz e Terra, 2013.

_______. Educação na Cidade. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PALLASMAA, Juhani. **Os olhos da pele**: a arquitetura dos sentidos. Trad. Alexandre Salvaterra – Porto Alegre: Bookman, 2011. 76p.

RINALDI, Carla. **O ambiente da infância**. In: CEPPI, Giulio; ZINI, Michele (orgs); Trad. Patrícia Helena Freitag; revisão técnica: Ana Teresa Gavião A. M. Mariotti; Sylvia Angelini. Crianças, espaços, relações: como projetar ambientes na educação infantil - Dados Eletrônicos – Porto Alegre: Penso, 2013, pp.122- 128.

SÃO PAULO/SME. **Aos que fazem a educação conosco em São Paulo**. Construindo a educação pública popular, ano 1. Diário Oficial do Munícipio de São Paulo, 1989, p. 5-6. Disponível em: https://pt.scribd.com/doc/234568470/1989-Aos-que-fazem-a-educacao-conosco-em-Sao-Paulo-Construindo-a-educacao-publica-popular-ano-1. Acesso em: 26 set.2021.



SÃO PAULO/SME. **Portaria nº 8.707 de 20 de dezembro de 2016**. Reorganiza o Estatuto Padrão das Associações de Pais e Mestres — APMs. Disponível em: http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/portaria-secretaria-municipal-de-educacao-sme-8707-de-20-de-dezembro-de-2016. Acesso em: 27 set 2021.

VECCHI, Vea. **Que tipo de espaço para bem viver a escola?** In: CEPPI, Giulio; ZINI, Michele (orgs); Trad. Patrícia Helena Freitag; revisão técnica: Ana Teresa Gavião A. M.

Mariotti; Sylvia Angelini. **Crianças, espaços, relações:** como projetar ambientes na educação infantil - Dados Eletrônicos – Porto Alegre: Penso, 2013, p. 136- 144.



GESTÃO E A COMUNICAÇÃO COM AS FAMÍLIAS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Adriana da Costa Santos
Carla Matie de Jesus Egi
Luciane Nunes Paronetti
Marta Silva Nascimento Teixeira

PALAVRAS-CHAVE: Gestão, Comunicação com as famílias, Educomunicação, Pandemia Covid-19

INTRODUÇÃO

A presente apresentação trata da prática de quatro alunas do Programa de Mestrado em Gestão e Práticas Educacionais (Progepe) da Universidade Nove de Julho (Uninove), para a disciplina de Fundamentos de Gestão Educacional que se reuniram para compilar e analisar os dados coletados no Projeto Político Pedagógico e em entrevista com gestores de quatro Unidades Escolares situadas em diferentes regiões da cidade de São Paulo, no primeiro semestre de 2021 em meio à pandemia, culminando na escrita de um capítulo sobre gestão escolar no contexto da pandemia, cujo recorte foi a gestão da comunicação.

Nos anos de 2020 e 2021, no cenário mundial, os países foram acometidos por uma pandemia decorrente da COVID-19 que implicou a suspensão de inúmeras atividades presenciais, impondo à sociedade a necessidade em viver um contexto de distanciamento social. As instituições escolares foram obrigadas a rever os seus currículos e passaram então a desenvolver o trabalho pedagógico em contexto remoto.

Nesta análise buscamos discutir as ações de comunicação e concepções utilizadas pelos gestores escolares, visando a suplantar os impasses nesse momento pandêmico. Parte-se do princípio de que por uma perspectiva de gestão democrático-participativa, o estabelecimento de vínculos, a garantia de comunicação e participação das famílias nas questões educativas, ainda que no contexto remoto, são questões essenciais para essa discussão. Neste sentido a Educomunicação, especificamente o conceito de ecossistemas comunicativos, auxiliou na análise, uma vez que a Educomunicação entende ser necessário a criação de ecossistemas comunicativos nos espaços educativos, que cuide da melhoria e do bom fluxo das relações entre as pessoas, bem como do acesso de todos ao uso adequado das tecnologias da informação.

As quatro unidades analisadas são Escolas Municipais de Educação Básica e foram denominadas com os nomes fictícios de: Participação, Amorosidade, Autonomia e Dialogicidade, tendo como referência os constructos centrais das obras de Paulo Freire.



A Escola Participação é uma creche (0 a 3 anos), inaugurada em 13/06/1988, localizada no município de Santo André (SP). Atende em período integral ou meio período (semi-manhã e semi-tarde) aproximadamente 250 crianças, Há grande lista de espera de crianças aguardando o atendimento. As famílias atendidas, no geral, são muito jovens, vulneráveis, e normalmente, têm um grande número de crianças.

A Escola Amorosidade é uma creche (0 a 3 anos), inaugurada em 6/11/1989, localizada na cidade de São Bernardo do Campo (SP). Atende cerca de 110 crianças em período integral. A comunidade de entorno mostra-se vulnerável, tendo a moradia própria como um dos centros de conquistas recentes.

A Escola Autonomia é localizada no Município de São Bernardo do Campo (SP) foi inaugurada em fevereiro de 2004 e atende cerca de 689 crianças (3 a 5 anos), distribuídas em 24 turmas, 12 em cada período (manhã e tarde). O bairro do entorno é considerado Área de Manancial, cercado pela Mata Atlântica e às margens da represa Billings. A comunidade atendida, em sua maioria, encontra-se em situação de vulnerabilidade social, o acesso a linha telefônica ou internet é precário.

A Escola Dialogicidade atende estudantes do 1° ao 9° ano do Ensino Fundamental (6 a 14 anos), distribuídos entre manhã ou tarde, exceto o 9° ano que é atendido em período integral. Foi inaugurada no dia 26/11/1969 e está localizada na Cidade de São Paulo, atendendo 4 bairros e também estudantes que vem da cidade de Mairiporã. As moradias de seu entorno são precárias e observa-se a existência de um córrego onde é despejado todo esgoto. Há um investimento no fortalecimento do colegiado, em especial do grêmio estudantil, nas discussões e decisões, aumentando assim a percepção e pertencimento e de corresponsabilidade de toda comunidade escolar.

OBJETIVO

Apresentar a prática de quatro escolas situadas em diferentes regiões da cidade de São Paulo em relação à gestão e a comunicação com as famílias em tempos de pandemia Covid-19, por meio da coleta de dados e análise das ações desenvolvidas no primeiro semestre de 2021.

MÉTODO

Pesquisa de natureza qualitativa e os instrumentos de coleta de dados foram análise do documento Projeto Político-Pedagógico (PPP) e entrevistas semiestruturadas com os gestores de cada escola, seguindo o roteiro de pesquisas sobre gestão escolar formulado por Libâneo (2013), indicado na disciplina de Fundamentos de Gestão Educacional às presentes pesquisadoras.



REFERENCIAL TEÓRICO

Os referenciais teóricos utilizados estão pautados em três categorias. São elas: Gestão Escolar, Políticas Públicas e Comunicação/ Educomunicação.

Na categoria Gestão Escolar, Libâneo (2013) em sua obra enfatiza que as formas de organização da escola por meio da gestão também educam. Isso porque, representam práticas educativas e, portanto, propiciam aprendizagem e promovem mudanças no modo de pensar e agir das pessoas. Assim, as concepções adotadas pela escola, as tomadas de decisão, a maneira como as pessoas se relacionam, enfim, a estrutura e a organização adotadas pela gestão impactam no processo de aprendizagem das crianças.

No mesmo sentido Monteiro, Motta (2013) ressaltam que a atuação do gestor é fundamental para o bom funcionamento da unidade escolar. Neste sentido, a gestão deve estar atenta ao contexto onde a escola está inserida. É preciso saber onde a escola está situada, quem é o público atendido, quais as suas demandas, o que pode ser realizado, buscando, dessa forma, contribuir com a transformação dessa realidade. As inovações tecnológicas implicam também em mudanças nas formas de comunicar o que nos leva a um novo pensar acerca da educação.

Enriquecendo essas reflexões, Vieira (2007) explicita que cabe à gestão escolar aliar teoria e prática tendo como base a função social da escola e da educação. A autora também ressalta sobre a importância de que o gestor garanta a interação e o diálogo no espaço escolar. Para ela, para que a gestão escolar seja bem-sucedida, ela deve estar voltada à aprendizagem de todas as crianças.

Na categoria Políticas Públicas, Ball, Maguirre, Braun (2016) em sua obra apresentam uma teoria de atuação política no contexto escolar. Os autores explicam que os fatores socioculturais, históricos e sociais influenciam no modo de atuação das escolas. Neste sentido os contextos escolares são únicos e, portanto, não podem ser desconsiderados. Segundo eles, professores e gestores são atores importantes nas políticas educacionais.

Na categoria Comunicação (1971), Freire ressalta que a educação não se fundamenta na ideia equivocada de transmissão de conceitos. O conhecimento não se restringe ao que está escrito nos livros, mas se refere sobretudo às relações que os homens estabelecem entre si e com o mundo. Por isso, a comunicação é fundamental. A educação deve se fundamentar numa perspectiva dialógica.

Por fim, na categoria Educomunicação, Soares (2014) explica sobre o que é a educomunicação fazendo-nos pensar sobre como os meios de comunicação agem na sociedade e sobre a importância de que estes sejam utilizados pelos

alunos com vistas a qualificar o trabalho desenvolvido nas escolas. Para o autor, é importante criar e fortalecer os ecossistemas comunicativos na escola tornando-a um espaço aberto e democrático.



RESULTADOS OBTIDOS (PARCIAIS OU FINAIS)

Como resultados parciais obtidos a partir da pesquisa verificamos que o momento pandêmico trouxe pontos positivos e também bastante desafiadores à realidade escolar. O trabalho realizado num contexto de distanciamento evidenciou ainda mais a importância do fortalecimento da relação entre escola e família. Buscou-se, dessa forma, ampliar os canais de comunicação e as estratégias educacionais de modo a viabilizar novos caminhos para essa proximidade. À medida que as famílias se sentem parte do processo educativo, as ações tendem a se qualificar ainda mais. A preocupação em garantir a manutenção desse vínculo possibilitou que ações pedagógicas pudessem ser apresentadas às crianças através dos recursos digitais.

Esse cenário, porém, trouxe também alguns desafios, entre os quais o de estabelecer comunicação eficaz entre escola e família por meio de recursos tecnológicos. Figuraram como entraves nesta relação: a privação de acesso das famílias a esses recursos, a dificuldade em se apropriar do uso dessas ferramentas digitais para utilizá-las a favor da aprendizagem das crianças e a dificuldade em se garantir o acesso às informações.

Ainda assim, o trabalho da gestão nas unidades escolares apresentadas nesta pesquisa buscou ao longo deste percurso ampliar as possibilidades de acompanhamento das propostas e das interações, o que possibilitou uma aproximação ainda maior por parte das famílias com o trabalho pedagógico desenvolvido nas escolas.

CONCLUSÃO

A presente apresentação tratou da análise de dados coletados no Projeto Político Pedagógico e em entrevista com gestores de quatro Unidades Escolares a partir do roteiro de pesquisas sobre gestão escolar formulado por Libâneo (2013), indicado na disciplina de Fundamentos de Gestão Educacional às quatro coautoras, alunas do Programa de Mestrado em Gestão e Práticas Educacionais (Progepe) da Universidade Nove de Julho (Uninove), e que culminou na escrita de um capítulo sobre gestão escolar no contexto da pandemia, cujo recorte foi a apresentação da prática de quatro realidades educativas situadas em diferentes regiões da cidade de São Paulo em relação à gestão e comunicação com as famílias no primeiro semestre de 2021 em meio à pandemia Covid-19.

Os anos de 2020 e 2021 foram marcados pela pandemia decorrente da Covid-19 que vitimizou muitas pessoas ao redor do mundo. Por segurança as instituições escolares tiveram de fechar suas portas físicas, iniciando o trabalho pedagógico de forma remota.

Pudemos observar que as escolas analisadas atenderam em sua maioria famílias de baixa renda que durante o contexto pandêmico foram vítimas do neoliberalismo que tem como uma de suas marcas a lógica perversa da desigualdade social. Muitas delas não tiveram acesso às tecnologias, restringindo as aprendizagens e às interações por parte das crianças, cabendo aos



gestores a articulação para localizar essas famílias e proporcionar alguma forma de suporte a elas, quer seja atendendo-as presencialmente, entregando materiais didáticos impressos ou buscando inseri-las em algum tipo de programa de auxílio do governo.

O trabalho remoto desenvolvido durante a pandemia denota mais uma vez a importância do gestor escolar conhecer a realidade social no qual a escola está inserida de modo a pensar juntamente com a comunidade escolar em currículo que possa, de fato, atender às suas necessidades. Para isso, o estabelecimento de vínculos entre escola e família com canais abertos de comunicação e escuta é fundamental. Para além dos protocolos pedagógicos, da avaliação do que os bebês, crianças e estudantes precisam aprender, o acolhimento afetivo e a escuta atenta deverão ser balizadores para que cada escola pensar o seu contexto, sem abrir mão de uma educação que prime para equidade de oportunidades de aprendizagem, levando em consideração que cada profissional, família, bebê, criança e estudante viveu o distanciamento social e está vivendo o contexto pandêmico de uma maneira muito peculiar.

Diante desta conjectura, a autoavaliação institucional participativa será um instrumento valioso para um olhar atento, escuta ativa das realidades econômicas, sociais e culturais para avaliar o contexto e pensar em ações significativas que garantam a qualidade de atendimento.

Muitos são os desafios da escola, em especial no que tange a relação com as famílias, cuja comunicação eficaz é essencial. Neste sentido, a perspectiva da Educomunicação, entendida como o conjunto de ações presentes nos processos educativos que pretendem melhorar a comunicação e o diálogo, ampliar a capacidade de expressão das pessoas envolvidas, e utilizar de forma eficiente as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

Tal perspectiva auxilia na compreensão de que o conjunto de ações devem ser previsto e planejado no contexto do plano pedagógico das escolas, pois uma ação isolada, que não promova a participação de todas as pessoas envolvidas como agentes ou beneficiárias dessas ações, não modifica a realidade. A comunicação deve ser feita para socializar e criar consensos, cujo objetivo principal é o crescimento da capacidade de expressão das pessoas, como indivíduos e como grupo que constroem um espaço promotor de desenvolvimento humano.

Apesar dos desafios descritos ao longo da análise, consideramos que durante a pandemia as escolas, especialmente os professores, tiveram que se reinventar e desenvolver muitas habilidades tecnológicas em um curto período de tempo para propor suas atividades pedagógicas de forma remota. Nesse sentido, entendemos que a Educomunicação poderá ganhar mais força nos contextos presenciais cotidianos das escolas ao propor a participação da comunidade escolar (crianças, alunos, suas famílias e equipe escolar) aliada às múltiplas possibilidades de ferramentas tecnológicas e canais de comunicação, o que certamente representa avanços para a qualidade educacional. Cabendo aos gestores, portanto, continuar investindo na Educomunicação também no retorno ao contexto presencial das escolas.



REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J.; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. **Como as escolas fazem as políticas**: atuação em escolas secundárias. Tradução Janete Bridon, Ponta Grossa: UEPG, 2016.

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola** – Teoria e Prática. 6º ed. São Paulo: Heccus, 2013.

MONTEIRO, Eduardo; MOTTA, Arthur. **Gestão escolar:** perspectivas, desafios e função social. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

SOARES, Ismar O. **Mas, afinal, o que é educomunicação?** Portal do Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo—USP, 2014. Disponível em: http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/27.pdf. Acesso em: 20 de novembro de 2021.

VIEIRA, Sofia L. **Política(s) e Gestão da Educação Básica:** revisitando conceitos simples. RBPAE - v23, n.1, p.53-69, jan./abr. 2007. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/viewFile/19013/11044. Acesso em: 20 de novembro de 2021.

pandemia

REORGANIZAÇÃO DO ETHOS FAMILIAR EM TEMPOS DE PANDEMIA

Andrea de Sousa Araujo — Uninove — <u>andreas.araujo@uni9.edu.br</u> Rosiley Aparecida Teixeira — Uninove — <u>rosileyteixeira@gmail.com.br</u>

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Remoto. Ethos. Família. Retratos Sociológicos.

INTRODUÇÃO

No ano de 2020 os reflexos da pandemia da Covid 19 foram sentidos em todas as partes do mundo. No Brasil, a necessidade de isolamento social para mitigar a disseminação do vírus levou a suspensão das aulas presenciais e, por consequência, a implantação de um novo modelo de ensino que exigiu de professores, crianças e suas famílias, novos espaços, meios e modos de ensinar e aprender. A partir deste contexto, surgem as questões que norteiam esta pesquisa: como as famílias de crianças matrículas em uma escola pública reorganizaram o ethos familiar em tempos de pandemia? Houve necessidade de alterações dos espaços e dos modos de aprendizagem para adequação ao novo modelo de ensino? As famílias conseguiram atender as demandas educacionais que anteriormente eram de competência da escola?

Desta forma, o objetivo geral deste trabalho é compreender se (e como) as famílias de alunos de uma escola pública reorganizaram o seu cotidiano familiar durante a suspensão das aulas presenciais. Como objetivos específicos pretendemos verificar se (e como) as famílias reorganizaram suas rotinas a partir da suspensão das aulas presenciais e identificar quais as táticas e/ou astúcias foram utilizadas para atender as demandas que surgiram a partir do ensino remoto. Para compor os sujeitos da pesquisa foram escolhidas três famílias de crianças matriculadas no Ensino Fundamental de uma Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental (EMEIEF) na cidade de Santo André, região metropolitana do estado de São Paulo.

Esta pesquisa é de cunho qualitativo e se apresenta como uma investigação participativa, com a finalidade de identificar no cotidiano familiar os "saberes



da experiência". Para tanto, faz-se uso dos retratos sociológicos, na qual o indivíduo (LAHIRE, 2004, Prólogo XI) é "[...] definido pelo conjunto de suas relações, compromissos, pertencimentos e propriedades, passados e presentes." Como metodologia buscaremos inventariar, por meio da elaboração dos retratos sociológicos, as astúcias utilizadas pelas famílias para realizarem uma atividade que esteve, até o momento, sob a tutela do Estado.

Os dados registrados, nos encontros e diálogos estabelecidos com as famílias, serão analisados por meio dos retratos elaborados e de fundamentação teórica de autores que conceituam a diversidade dos contextos e dos sujeitos que o compõem em uma "ecologia de saberes" fundamentais para a compreensão das adequações, mudanças ou alterações realizadas no cotidiano familiar sendo eles: Michel de Certeau (2014), Stephen Ball (2016), Boaventura Santos (2010) e Bernard Lahire (2004). As categorias de análise serão: cotidiano, táticas e estratégias, teoria da atuação, sociologia das ausências e retratos sociológicos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O presente trabalho tem como objetivo responder a seguinte questão: as famílias de crianças matriculadas em uma EMEIEF no município de Santo André necessitaram reorganizar o ethos familiar de modo a atender as demandas escolares durante a vigência do ensino remoto? Para analisar os dados desta pesquisa utilizaremos os autores, e suas elaborações teóricas, descritas nesta seção.

Na categoria cotidiano, táticas e estratégias será analisado se (e como) as famílias reorganizaram seus espaços, meios e modos de aprender identificando alterações no cotidiano a partir da suspensão das aulas presenciais. Examinar as práticas cotidianas na concepção de Certeau (2014, p. 40) pressupõe entender que os sujeitos apresentam diferentes "maneiras de fazer" de acordo com os lugares que ocupam na relação cotidiana, "[...] essas "maneiras de fazer" constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural", alterando o seu funcionamento.

A estratégia é utilizada como forma de convencimento e de intimidação dos fortes sobre os fracos. As táticas são utilizadas pelos sujeitos em sua ausência de poder. Em Certeau (2014, p. 87) o autor afirma que "[...] O que distingue estas daquelas são os tipos de operações nesses espaços que as estratégias são capazes de produzir, mapear e impor, ao passo que as táticas só podem utilizá-los, manipular e alterar." E define: Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças. (CERTEAU, 2014, p. 93) [...] chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então, nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso



deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. (CERTEAU, 2014, p. 94)

Verificar quais táticas as famílias utilizaram para se adequar ao ensino remoto e as estratégias impostas pelas políticas públicas ofertadas pela escola durante a suspensão das aulas presenciais será o objetivo principal deste trabalho.

Na teoria do ciclo de políticas e atuação, Ball (2016) procura conceituar as relações entre política e prática e como todos os sujeitos envolvidos nas esferas escolares são produtores de políticas. Para esta análise, o autor destaca as diferentes maneiras como as políticas são interpretadas e traduzidas no universo escolar, atuadas e encenadas por seus sujeitos que imprimem materialidade aos textos políticos a partir do contexto nos quais estão inseridos. O autor afirma (2016, p. 14) que esses textos de políticas não são apenas implementados, mas "[...] traduzidos a partir do texto para a ação – colocados "em" prática – em relação à história e ao contexto, com os recursos disponíveis." E complementa: A política é complexamente codificada em textos e artefatos e é decodificada (e recodificada) de forma igualmente complexa. Falar em decodificação e recodificação sugere que a formulação da política é um processo de compreensão e tradução – que obviamente é. (BALL, 2016, p. 13-14)

Para Boaventura Santos, a ciência moderna ocidental se configurou como conhecimento naturalmente constituído e, portanto, mais verdadeiro. Sendo assim, se ocupou em transformar experiências dominantes e hegemônicas em universais levando saberes de outros povos e culturas a destruição e ao silenciamento, tornando-as inexistentes. Para o autor (2010, p. 104) "A produção social destas ausências resulta na subtração do mundo e na contração do presente, e, portanto, no desperdício dessa experiência".

Como recurso contra-hegemônico o sociólogo propõe dar visibilidade as narrativas de sujeitos fadados a não existência, identificando as experiências produzidas como ausentes, tornando-as presentes e consideradas como alternativa as experiências hegemônicas. [...] Há produção de não-existência sempre que uma dada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível ou descartável de um modo irreversível. O que une as diferentes lógicas de produção de não-existência é serem todas elas manifestações da mesma monocultura racional. (SANTOS, 2010, p. 104)

Desta maneira, compreender como os diferentes sujeitos que, muitas vezes, são considerados inexistentes ou ausentes de saberes hegemônicos, atuaram sobre os textos políticos que nortearam a construção do modelo de ensino remoto no universo escolar e foram traduzidos em artefatos (estratégias e táticas) é de fundamental importância para analisar os caminhos percorridos pela educação no período de suspensão das aulas presenciais.

METODOLOGIA

O referencial teórico-metodológico tem como base o trabalho de pesquisa de Bernard Lahire (2004) que culminou na formulação da obra "Retratos Sociológicos". O retrato



sociológico é uma metodologia de investigação científica composta por um dispositivo técnico que traz como referência uma teoria da prática alicerçada na gênese plural dos indivíduos e contextual das disposições. Apresenta como objetivo principal responder a problemas de pesquisa específicos levando em consideração a individualidade dos sujeitos. Para Lahire (2004, prólogo IX) o indivíduo é objeto construído e não uma realidade empírica e, por este motivo pode "[...] ser definido como uma realidade social caracterizada por sua possível complexidade disposicional, que se manifesta na diversidade dos domínios de práticas ou cenários nos quais esse indivíduo insere suas ações."

Em Lahire (2004) o autor define disposições como princípios geradores de práticas que refletem crenças, formas de agir e pensar e que constituem as ações do sujeito. Neste sentido, se opõe ao conceito de habitus como conjunto de disposições que dão uniformidade ao comportamento proposto por Bourdieu (1992), pois essas práticas não seguiriam uma lógica. Assim sendo, as disposições não estariam intrinsicamente ligadas somente as relações sociais, mas a influência de vários outros meios e situações.

Na verdade, uma disposição só se revela por meio da interpretação de múltiplos traços, mais ou menos coerentes ou contraditórios, da atividade do indivíduo estudado, sejam eles produto da observação direta dos comportamentos, do recurso ao arquivo, ao questionário ou à entrevista sociológica. (LAHIRE, 2004, p. 22).

Para esta pesquisa, pretende-se realizar dois encontros, gravados em áudio, com cada família. Nestes encontros as famílias serão convidadas a expressar suas vivências, experiências e sentimentos relacionados ao cotidiano familiar antes e depois da pandemia. Serão provocadas a refletir sobre as táticas e astúcias elaboradas durante a vigência do ensino remoto e a necessidade (ou não) de readequações no cotidiano familiar para atender as estratégias elaboradas pelos gestores municipais, traduzidas em políticas públicas e que, até então, eram de competência da escola. Os áudios dos encontros serão transcritos e utilizados como material estruturante na elaboração dos textos biográficos, redigidos em primeira pessoa, seguindo a metodologia dos Retratos Sociológicos de Bernard Lahire.

Em vez de considerar cada momento da trajetória individual como algo lógico em um percurso linear, postulando de antemão que não só cada indivíduo pode ser caracterizado por uma única fórmula (em vez de diversas fórmulas complementares ou concorrentes) que gera seus comportamentos, escolhas, decisões, mas também que ele está sujeito a forças sociais não necessariamente coerentes [...] as entrevistas biográficas podem representar meios excelentes de questionar os modelos de personalidade coerente e estável, associados a modelos de decisão sem incertezas. (LAHIRE, 2004, p. 35).

Desta forma, utilizar a metodologia dos retratos sociológicos traz a possibilidade de verificar se existiram diferenças entre as táticas aplicadas pelas famílias pesquisadas para atender as demandas do novo modelo de ensino instituído durante a suspensão das aulas presenciais. Permite também compreender como sujeitos imersos em um mesmo contexto, podem atuar de forma diferente nos levando a uma análise sociológica em escala individual.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Trazemos para essa comunicação as primeiras elaborações teóricas e metodológicas de uma pesquisa em desenvolvimento. O aprendizado experimentado por meio das leituras traz a certeza de que a pesquisa é pertinente e de extrema importância para o momento atual pelo qual passamos em que experiências conservadoras e valores considerados como tradicionais são defendidos pelos gestores do Estado e traduzidos em políticas públicas.

Em contrapartida, os autores selecionados para esta análise nos permitem a argumentação de que todos os indivíduos possuem saberes acumulados em suas vivências e que o desperdício dessas experiências leva a uma contração do presente baseada na (Santos, 2010, p. 103) [...] "lógica da classificação social, que assenta na monocultura da naturalização das diferenças."

A pobreza da experiência não é expressão de uma carência, mas antes a expressão de uma arrogância, a arrogância de não se querer ver e muito menos valorizar a experiência que nos cerca, apenas porque está fora da razão com que podemos identificar e valorizar. (SANTOS, 2010, p. 101)

Os primeiros contatos com as famílias nos permitem inferir que táticas e astúcias precisaram ser formuladas, muitas vezes sem tempo hábil para planejamento ou reflexão, o que pretendemos verificar por meio dos retratos sociológicos.

CONCLUSÃO

Por fim, acreditamos que dar voz as famílias, muitas vezes esquecidas, menosprezadas e criticadas, no processo educacional de seus filhos é dar visibilidade aos ausentes, subjugados aos que detêm o poder de fazer e executar leis sem ouvir os que a elas se destinam. É ser alternativa contra-hegemônica em tempos obscuros de busca incansável por padrões cada vez mais conservadores e autoritários. É compreender as individualidades em um universo de muitos contextos e atores.

Para tanto, os referenciais acima citados nos permitem dialogar sobre os saberes da experiência das famílias que, de modo abrupto, precisaram reorganizar seus tempos e espaços para dar conta de atividades, até então, atribuídas e sob responsabilidade da escola.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J.; Maguire, M.; Braun, A. Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

BOURDIEU, Pierre. PASSERON, Jean-Claude. A **reprodução:** elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992, 3ª ed.



CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2008.

LAHIRE, Bernard. **Retratos sociológicos:** disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo:** para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2010.

SPINELLI, Miguel. **Sobre as diferenças entre éthos com epsílon e êthos com eta**. TRANS/FORM/AÇÃO: Revista De Filosofia, 32(2), 2009, 9–44.

